

pesquisadores de moda, historiadores, museólogos e restauradores foi uma conquista de grande impacto na cidade.

Museu Histórico Abílio Barreto

CLIMATIZAÇÃO DAS RESERVAS TÉCNICAS — O projeto de climatização das reservas técnicas instaladas no segundo pavimento do edifício-sede do Museu Histórico Abílio Barreto, de Belo Horizonte /MG, aprovado pelo edital Modernização de Museus no valor de R\$ 40 mil, implicou na instalação de um sistema de expansão indireta, com a capacidade nominal de 10 TR (Toneladas de Refrigeração). Também foram adquiridos outros equipamentos necessários ao controle climático.

Entre 1993 e 2003, o museu atravessou um longo processo de reestruturação física, técnica e administrativa. Mesmo declarado encerrado, esse processo resultou em diversos outros projetos que, não podendo ser executados dentro do período citado, foram concebidos e realizados conforme a instituição criava condições técnicas e de financiamento. A climatização das reservas técnicas do segundo andar do edifício-sede era um desses projetos.

Uma consequência benéfica foi a garantia de preservação de aproximadamente 80% do acervo em condições ideais. Armazenado em três salas, compõe-se de acervo textual e iconográfico, acervo fotográfico e pinacoteca. A climatização também beneficiou uma grande parcela do arquivo administrativo.

O Museu Histórico Abílio Barreto é o museu oficial de Belo Horizonte. Seu acervo cartorial, atualmente em expansão, representa importante parcela da memória social da capital mineira. A preservação da integridade física desse universo de bens culturais é uma das finalidades da instituição e um dos principais serviços prestados à população. Com a realização do projeto em tela, as possibilidades deste serviço foram estendidas.

Como a climatização está articulada e é complementar a outros projetos executados ou em andamento, boa parte dos acervos citados, por terem sido digitalizados, poderão permanecer em condições ideais, preservados de manipulação desnecessária. Uma curiosidade: embora o número de manipulações sobre parte dos suportes originais tenha diminuído consideravelmente, o número de consultas aumentou.

Modernização do Museu da Fábrica de Caróá

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO — O Museu da Fábrica de Caróá, de Caruaru/PE, foi beneficiado com R\$ 10.101,60 pelo edital Modernização de Museus para aquisição de mobiliário e equipamentos de informática.

Com os novos equipamentos e o mobiliário técnico, o museu pôde aperfeiçoar os serviços disponibilizados ao público e garantir melhores

condições de preservação do acervo.

Museu do Primeiro Reinado

IDENTIFICAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO — Com o valor de R\$ 11.900,00 repassados ao Museu do I Reinado, no Rio de Janeiro, pelo edital Modernização de Museus, foram adquiridos equipamentos de informática e fotográficos para a identificação e difusão do seu acervo.

Além de equipar o museu com o que há de mais moderno em termos de multimídia, o projeto permitiu o registro da casa e o uso dessas imagens para alimentar a página oficial da Secretaria de Cultura e da Fundação de Cultura do Estado.

Museu Mestre Vitalino (Caruaru/PE)

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO — O Museu Mestre Vitalino de Caruaru/PE teve aprovado projeto no valor R\$ 6.292 pelo edital Modernização de Museus, para aquisição de mobiliário, equipamentos elétricos e vitrines para exposição.

A aquisição beneficiou diretamente a preservação do frágil acervo, que agora dispõe de mobiliário adequado. Os equipamentos elétricos ajudaram na melhoria nos serviços prestados à comunidade e aos turistas.

O museu é um dos equipamentos culturais mais tradicionais da cidade. A implementação das ações resultou em melhorias no seu aspecto e na auto-estima dos moradores.

Museu de Arte e Cultura Popular de Mato Grosso

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO — Por meio do edital Modernização de Museus, foram repassados ao Museu de Arte e Cultura Popular de Cuiabá /MT R\$ 22.400 para a aquisição de equipamentos de informática.

A informatização dos arquivos contribuiu para a dinamização da ação cultural e educativa do museu. Melhorou também o acesso à internet, possibilitou a digitalização das obras de seu acervo e uma maior divulgação de suas atividades, além de disponibilizar seus recursos audiovisuais a pesquisadores, professores, estudantes e público afim.

O projeto beneficiou a população no melhor acesso à pesquisa, na otimização das visitas monitoradas, na implementação de exposições e palestras, na abrangência de suas ações educativas e na busca por recursos e parcerias.

Museu de Arte da Bahia

COMPLEMENTAÇÃO E ENRIQUECIMENTO DO ACERVO — Por meio do edital Modernização de Museus, o Museu de Arte da Bahia (MAB) recebeu R\$ 22.400,00 para aquisição de acervo museológico.

O MAB reúne obras importantes de artistas que constituíram a chamada Escola Baiana de Pintura, assim denominada por reunir telas de mestres e discípulos que vão de José Joaquim da Rocha (1737-1807), considerado o fundador dessa escola, a Presciliano Silva, Mendonça Filho e José Rescala, artistas acadêmicos que antecederam o movimento modernista baiano.

Manoel Lopes Rodrigues, importante pintor da Escola Baiana, é o autor do quadro "Interior de igreja". O museu já possuía 27 trabalhos do artista. A eles integrou-se uma das pinturas adquiridas, ampliando-se, assim, o espectro do olhar sobre a sua obra. As gravuras, por sua vez, foram adquiridas para complementar a iconografia baiana já existente no acervo do museu.

O projeto contribuiu, antes de tudo, para o enriquecimento cultural de uma coleção constituída por obras de renomados pintores baianos e representações significativas da Bahia.

Casa de Cultura José Condé

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO — Em Caruaru, a Casa de Cultura José Condé foi beneficiada com R\$ 10.436,80 pelo edital Modernização de Museus, para aquisição de mobiliário, equipamentos de iluminação, audiovisuais e informática.

As aquisições trouxeram uma melhoria significativa nos serviços e na preservação do acervo.

O público frequentador do espaço, composto principalmente por estudantes e pesquisadores locais, foi o principal beneficiado.

Museu de Arte da Universidade Federal do Paraná

PROJETO DE SEGURANÇA — Com o valor repassado pelo edital Modernização de Museus no total de R\$ 7.105,60, foi possível adquirir equipamentos de segurança. A partir da instalação dos equipamentos, a segurança pôde ser mais efetiva, evitando problemas relativos à deterioração do patrimônio físico e artístico.

A otimização da segurança dos espaços expositivos proporciona à equipe uma flexibilidade maior nas ações que envolvem o público visitante.

Além disso, ações de divulgação do acervo e das exposições podem ser desenvolvidas em várias frentes, possibilitando o incremento do turismo cultural em Curitiba.

Museu Casa do Pontal

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DOS SETORES DE RESTAURAÇÃO — O Museu Casa do Pontal, no Rio de Janeiro, teve aprovado projeto no valor de R\$ 35.600 pelo edital Modernização

de Museus, para aquisição de equipamentos de climatização, tecnológicos e audiovisuais, além de mobiliário.

O setor de restauro, com os equipamentos e mobiliários adquiridos, ganhou muito em eficiência. Trata-se de um setor estratégico, pois garante a conservação do acervo. O uso de materiais orgânicos, os processos de cozimento rudimentares, a presença de obras articuladas por complexos mecanismos de movimento, a idade das obras e o grande número de exposições nacionais e internacionais das quais o acervo participa são razões para a necessidade de um trabalho regular de restauro de obras danificadas, bem como de permanente preservação. A modernização dos processos de restauro, higienização, imunização, descupinização, desinfestação e registro foi preponderante para garantir maior eficiência na realização dessas ações. Além disso, a compra de equipamentos e mobiliários foi fundamental para que o setor de restauro atendesse adequadamente aos parâmetros museológicos estabelecidos para a boa conservação das obras.

O mesmo pode-se afirmar quanto à reserva técnica, que abriga cerca de três mil obras das oito mil que constituem o acervo. Devido a sua ampliação, a aquisição de mobiliários e equipamentos para o acondicionamento dessas obras definiu a conclusão do trabalho de ampliação, iniciado em 2004.

Finalmente, quanto ao setor de atendimento ao público, foi efetivada a melhoria no sistema de informações e comunicação interna entre os funcionários, através da instalação de uma central telefônica, tendo em vista que a telefonia é uma ferramenta fundamental na comunicação com o público do museu, em virtude do trabalho de agendamento das escolas (o projeto educacional atende aproximadamente 15 mil crianças da rede pública de ensino), dos projetos sociais e do permanente atendimento a pesquisadores, imprensa, turistas e visitantes em geral.

Museu Histórico Documental, fotográfico e do som de Pará de Minas

INFORMATIZAÇÃO E SEGURANÇA — Com os R\$ 32.188 repassados pelo edital Modernização de Museus para o Museu Histórico Documental, Fotográfico e do Som de Pará de Minas/MG foram adquiridos equipamentos de informática e de segurança.

O projeto gerou maior segurança para o prédio e para o acervo, salvaguardando a memória da comunidade e agilizando o atendimento às pesquisas e informações solicitadas. O museu só pôde integrar o circuito de exposições itinerantes do estado graças ao sistema de segurança. O projeto também possibilitou a criação do banco de dados do acervo documental, inseriu o museu na rede mundial de informações (NET) e possibilitou o monitoramento eletrônico da instituição.

A modernização beneficiou também a população, agilizando vários dos

serviços em relação a pesquisas realizadas, além de provocar um aumento na demanda por informações já processadas no banco de dados e pela internet.

Museu do Oratório

QUIOSQUES MULTIMÍDIA — Com o valor repassado pelo edital Modernização de Museus (R\$ 24.180) foram adquiridos dois quiosques multimídia para o Museu do Oratório, em Ouro Preto/MG. Foi instalado ainda o sistema de sonorização interna da área de exposição.

O projeto possibilitou melhorias em termos de informação ao visitante e de acesso e pesquisa sobre o acervo. A música ambiente estabeleceu um novo contato com o acervo e a exposição, trabalhando mais um dos cinco sentidos durante a visita.

O Museu do Oratório mantém gratuito o ingresso para os moradores de Ouro Preto, atendendo a um público diversificado de todas as idades. Mantém parcerias com a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, recebendo alunos da rede pública em projetos de ação educativa e de educação patrimonial durante todo o ano. Os equipamentos instalados também possibilitaram a melhoria do acesso às informações complementares sobre o acervo.

Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO — O Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli foi beneficiado pelo edital Modernização de Museus com R\$ 62.382,40 para aquisição de equipamentos de informática.

O projeto contribuiu para a melhoria sensível de todas as atividades. A comunicação interna agora permite que os funcionários utilizem dados de outros núcleos, poupando tempo e melhorando a qualidade da informação. O Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) está com material preparado para ser oferecido on-line no fim de 2006, quando será inaugurado o novo site do museu. O servidor exclusivo instalado

no NDP, além de armazenar dados de documentação em artes plásticas, permite que o acervo da biblioteca seja informatizado.

O convênio contribuiu também para a melhoria dos serviços prestados pelo museu, que vão além do município. Através do site, é possível responder consultas sobre arte vindas de várias partes do país. O servidor exclusivo permite que se inicie a construção de um banco de dados que, num futuro próximo, oferecerá valioso material a pesquisadores.

Museu da Imagem e do Som do Pará

PROGRAMA DE REGISTRO, DIFUSÃO E SALVAGUARDA DAS MANIFESTAÇÕES

CULTURAIS — Por meio do edital do Programa Petrobras Cultural, o Museu da Imagem e do Som do Pará teve projeto apoiado no valor de R\$ 99.551,85. O projeto possibilitou a realização do Programa de Registro, Difusão e Salvaguarda das Manifestações Culturais do Estado do Pará. Esse programa viabilizou o registro, difusão e salvaguarda do acervo do MIS/PA, que inclui coleções de grande importância para o cenário cultural do estado, como as películas do cineasta Líbero Luxardo e a coleção Waldemar Henrique, com partituras inéditas e manuscritos raros.

Museu do Recôncavo Wanderley Pinho

ESTABILIZAÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ENGENHO

FREGUESIA — Graças ao edital Programa Petrobras Cultural, o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, na Bahia, teve projeto apoiado no valor de R\$ 498.216,52. O projeto possibilitou a manutenção do trabalho pioneiro realizado pelo Centro Cultural João Antonio de Santana (no povoado de São Francisco do Paraguaçu, município de Cachoeira/BA) na difusão da educação e da cultura para uma população de 2.500 pessoas, formada por núcleos quilombolas, pequenos agricultores, pescadores e marisqueiras. 

“Graças à Política Nacional de Museus, voltada para a democratização e a recuperação dos acervos e edifícios, a Caixa Econômica Federal pode integrar-se ao esforço do DEMU, do IPHAN e do Ministério da Cultura e orientar os recursos da Lei Rouanet para os museus indicados pelo DEMU/IPHAN. Tal iniciativa, ao mesmo tempo em que permitiu a realização de obras e melhorias em importantes museus brasileiros, como o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional e o Museu da Inconfidência, entre outros, possibilitou à Caixa um relevante retorno de imagem e a consolidação de seu compromisso, como empresa pública, de preservar a memória e o patrimônio histórico e artístico do país.”

Luiz Phillippe Torelly, chefe de gabinete da Caixa Econômica Federal



Formar e transformar

Programa de Formação e Capacitação em Museologia

A necessidade de implementação de programas de capacitação de profissionais envolvidos direta e indiretamente com atividades no campo da museologia foi identificada desde o início dos debates para a definição das diretrizes da Política Nacional de Museus. A carência de cursos de formação no Brasil é uma das razões que justificam essas preocupações. Ciente do fato, o Ministério da Cultura, incluiu um eixo específico na Política Nacional de Museus, chamado Formação e Capacitação de Recursos Humanos.

No segundo semestre de 2003 foi criado o Programa de Capacitação e Formação em Museologia, sob a coordenação direta do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN. Uma ampla rede de articulações institucionais, envolvendo especialmente secretarias de cultura e universidades, possibilita a identificação de necessidades, além de localizar grupos e/ou profissionais que necessitem de capacitação. Esse programa é baseado na oferta de cursos e oficinas nas diversas áreas de atuação da museologia e na realização de fóruns e seminários para discutir temas e propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de cultura voltadas para os museus.

Implantação do programa

Antes de se expandir para todos os estados, o Programa de Formação e Capacitação em Museologia teve um projeto-piloto realizado em Salvador, em 2003. O piloto foi desenvolvido com patrocínio do MinC/DEMU/IPHAN e através de uma parceria entre a pró-reitoria de extensão, o Museu de Arte Sacra e o curso de museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Recebeu, também, apoio da Divisão de Museus do Ipac, da Fundação Gregório de Mattos, da Associação de Museólogos da Bahia, da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho Regional de Museologia e de vários museus de Salvador.

Ainda em 2003, logo após o lançamento da Política Nacional de Museus, foi realizado na capital baiana um diagnóstico que indicou as prioridades relativas a capacitação e formação do pessoal lotado nas instituições museológicas, bem como nas áreas de estágio e formação acadêmica. Após análise e discussão dos dados coletados, foi formada uma equipe de coordenação do Programa de Formação e Capacitação. Sua missão: contribuir para a revitalização das instituições museológicas, atendendo à demanda de aprimoramento dos recursos humanos que atuam na área da museologia e com o patrimônio cultural.

O desenvolvimento de projetos foi guiado por quatro linhas temáticas: perfil dos museus do baianos, formação e capacitação, aplicação de processos museológicos e editoração.

A comissão trabalhou de forma articulada com a proreitoria de extensão e com o curso de museologia da UFBA, realizando encontros com técnicos e diretores dos diversos museus e núcleos de memória da universidade. O objetivo é a construção conjunta de uma política museológica para a instituição.

O aprimoramento das ações do Projeto Bahia, desenvolvidas entre 2003 e 2005, levou aos resultados listados abaixo.

- Realização de um diagnóstico que identificou os seguintes aspectos:
 - Recursos humanos a serem capacitados
 - Prioridades: cursos, treinamentos e capacitação individual
 - Modalidade e periodicidade dos cursos
- Criação de uma rede de comunicação entre os museus e os profissionais
- Mobilização dos profissionais, dos órgãos de classe e dos estudantes na capital e no interior do estado
- Interação do curso de museologia com os museus, com as comunidades nas quais estão inseridos e com os profissionais
- Reflexão sobre a atuação dos museus e dos cursos de museologia, fornecendo subsídios para se repensar os currículos

- Diálogo com o MinC e divulgação da PNM na Bahia e em outros estados
- Formação de um núcleo de estudos museológicos
- Atuação, junto à UFBA, para a implantação de uma política museológica para os museus da instituição
- Apoio ao DEMU para a realização do Fórum Nacional de Museus
- Capacitação e atualização de profissionais e estudantes para o desenvolvimento de atividades museológicas
- Criação de uma rede de interação entre os museus da capital e do interior
- Melhoria da qualidade das ações educativas e de comunicação dos museus
- Realização de um amplo diagnóstico sobre os museus do estado da Bahia
- Cadastramento atualizado dos museus baianos
- Produção e divulgação do conhecimento produzido por meio das ações dos diversos projetos
- Ampliação do campo de trabalho para o museólogo e criação de oportunidades de estágio para estudantes de museologia e de áreas afins

Projeto Bahia – Atividades		
Encontros museológicos	6	287 pessoas
Cursos de extensão	5	352 participantes, 8 projetos
Projeto museológico	1	Seminário com 80 participantes
Seminários, no interior	7	Participação de 27 municípios
Encontros – “Merenda Acadêmica	10	350 Participantes em média
Publicação	1	1500 exemplares
Grupo de estudo	1	60 h/aula com 58 participantes
Projeto de mestrado	1	Com adesão de duas universidades portuguesas e três museus da UFBA
Oficinas, no interior do Estado	2	80 participantes (oficinas para professores)

- Apoio técnico aos museus do interior, estimulando-os a elaborar projetos a partir da realização de um diagnóstico da instituição
- Divulgação do papel dos museus na sociedade e da importância da utilização do patrimônio cultural como instrumento de desenvolvimento regional
- Estímulo e contribuição para a criação do Sistema Estadual de Museus.

A partir da análise das atividades desenvolvidas e registradas no quadro anterior, constata-se que o projeto de aplicação das ações da Política Nacional de Museus conseguiu alcançar os objetivos propostos, ampliando, inclusive, suas metas e ações para além do planejado inicialmente.

A atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas e contextos, estagiários e membros de diversas comunidades possibilitou o desenvolvimento de habilidades comunicativas por meio de uma prática educativa integrada, participativa e permanente, criando verdadeiras comunidades de aprendizagem.

Em dezembro de 2005, no Museu de Arte Sacra da UFBA, a comissão do Projeto-Bahia apresentou ao público as ações desenvolvidas e os resultados alcançados, no dia do lançamento do relatório geral, publicado e distribuído entre museus de diversas regiões do país. Na ocasião, realizou-se o evento de encerramento das atividades do período 2003/2005, com as presenças do diretor do DEMU/IPHAN, José do Nascimento Júnior e do coordenador técnico, Professor-Doutor Mário Chagas.

A comissão local, constituída por representantes dos museus, da Secretaria Municipal de Educação, da Fundação Gregório de Mattos, da Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e do curso de museologia da UFBA, passou a atuar com o DEMU, formando parcerias, planejando e coordenando a estruturação dos cursos.

Em 2003, além do estado da Bahia, o Programa de Formação e Capacitação em Museologia apoiou as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU) da Universidade Federal de Santa Catarina. O apoio se deu na realização do XX NEMU, em julho, e dos Colóquios Muse-

ológicos, em dezembro, nos quais foram apresentadas conferências e oferecidos cursos na área da museologia.

O XX NEMU teve 120 inscritos e ofereceu os seguintes cursos: Organização, Preservação e Conservação de Acervos Fotográficos; Planejamento Museológico: Princípios e Métodos; Elaboração de Projetos para Leis de Incentivo à Cultura; Noções de Documentação Museológica; Criação de Banco de Dados de História Oral em Museus; Elaboração de Projetos Museográficos; Ação Cultural e Educativa dos Museus; e Patrimônio Cultural e Turismo: Ação Educativa e Participação Comunitária.

Os Colóquios Museológicos, por sua vez, reuniram 90 inscritos para as seguintes mesas-redondas: Reflexões sobre a Política Nacional de Museus; NEMU: Desafios Museológicos em Santa Catarina; e Os Curso de Graduação em Museologia e a Capacitação dos Profissionais de Museus.

2004 a 2006 – Abrangência nacional

Para estender o Programa de Formação e Capacitação em Museologia aos outros estados, o DEMU promoveu em Brasília, em julho de 2004, um encontro com representantes das secretarias e fundações culturais dos estados. O evento permitiu discutir a realização de oficinas de capacitação em museologia e de fóruns regionais de museus – estes últimos com a finalidade de discutir o projeto de capacitação no estado, a implantação dos sistemas locais de museus e a participação dos estados e municípios no Sistema Brasileiro de Museus.

Como resultado do encontro, tivemos a realização de diversos fóruns e oficinas, já a partir de setembro de 2004. Ao todo, foram 14 oficinas (compreendendo os estados da Bahia, Maranhão, Roraima e Goiás) e três fóruns estaduais de museus (Rio Grande do Sul, Ceará e Piauí). Em 2005, o programa se consolidou, oferecendo um número ainda maior de cursos e seminários envolvendo outros estados. Ao todo, foram 68 oficinas e cursos e 17 fóruns e seminários, com mais de 4.600 participantes. Nesse ano entraram no circuito os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de

Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Norte e o Distrito Federal.

Em 2006, com dados até setembro, o programa propiciou a realização de 65 cursos e 11 fóruns ou seminários, capacitando mais de quatro mil profissionais. Entre 22 e 26 de agosto, foi realizado o 2º Fórum Nacional de Museus, em Ouro Preto, com a presença de 850 profissionais e estudantes de todo o país, demonstrando a vitalidade e a visibilidade que o setor museológico obteve

nos últimos anos.

Os quadros abaixo demonstram o crescimento do programa, tanto na quantidade de eventos realizados como na adesão de estados. A projeção para o fim de 2006 é de mais de 13 mil profissionais capacitados em todo o país.

É importante ressaltar que as oficinas de capacitação são avaliadas pelos participantes, com o objetivo de melhorar a condução dos cursos e, se necessário, redefini-la.

2003			
Estado	Cursos/oficinas/ mesas-redondas	Fóruns/seminários	Participantes
Bahia	5	-	352
Santa Catarina	11	-	210
TOTAL	16	-	562

2004			
Estado	Cursos/oficinas/ mesas-redondas	Fóruns/seminários	Participantes
Bahia	7	1	510
Ceará	-	1	73
Goiás	3	-	70
Maranhão	2	-	70
Piauí	-	1	140
Rio Grande do Sul	-	1	220
Roraima	2	-	60
Santa Catarina	13	1	325
TOTAL	27	5	1.468

2005			
Estado	Cursos/oficinas/ mesas-redondas	Fóruns/seminários	Participantes
Acre	1	1	116
Amazonas	1	-	40
Bahia	5	1	748
Distrito Federal	2	1	161
Goiás	8	-	341
Maranhão	2	1	163
Mato Grosso	1	-	99
Minas Gerais	4	1	262

Pará	2	-	248
Paraná	4	2	270
Pernambuco	1	-	150
Piauí	2	-	75
Rio de Janeiro	1	2	390
Rio Grande do Norte		1	140
Rio Grande do Sul	4	2	280
Roraima	3	-	80
Santa Catarina	25	2	500
São Paulo		1	100
Sergipe	2	2	372
Tocantins	2	1	142
TOTAL	68	17	4.677

2006 (até setembro)

Estado	Cursos/oficinas mesas-redondas	Fóruns/seminários	Participantes
Acre	1	-	44
Bahia	3	-	228
Ceará	3	1	139
Distrito Federal	3	2	551
Goiás		1	90
Maranhão	1	-	54
Mato Grosso do Sul	1	-	74
Minas Gerais	12	2	991
Paraíba	2	-	58
Paraná	1	-	32
Pernambuco	5	-	179
Rio de Janeiro	2	3	672
Rio Grande do Norte	1	-	62
Rio Grande do Sul	6	1	269
Santa Catarina	19	-	275
São Paulo	2	-	108
Sergipe	1	-	70
Tocantins	2	1	197
TOTAL	65	11	4.093
Nº total de oficinas		176	(até setembro/2006)
Nº total de fóruns/seminários		33	(até setembro/2006)
Nº total de participantes		10.800	(até setembro/2006)

A avaliação considera os seguintes aspectos: desempenho do professor, avaliação do curso e desempenho do próprio participante, com notas que variam de 1 a 5. Entre as oficinas avaliadas até agosto de 2006, as médias das notas recebidas no conjunto de todos os cursos foram de 4,59 para desempenho do professor, 4,29 para avaliação do curso e 4,35 para desempenho do próprio participante. As notas demonstram que os cursos têm, em geral, uma boa avaliação e que atingem seus objetivos.

Ementa das oficinas promovidas pelo DEMU/IPHAN

Abaixo, a relação das oficinas oferecidas pelo Departamento de Museus e Centros Culturais e suas respectivas ementas:

1. Museu, memória e cidadania

Conceito de Museu e Museologia. Museus: do templo ao fórum. A trajetória dos museus no Brasil: do século XVII ao XX. Os museus no mundo contemporâneo. A museodiversidade e a imaginação museal. Museus: lugares de memória, de esquecimento, de poder e resistência. Museu, desenvolvimento e cidadania: a dimensão sociocultural, política e econômica dos museus. A Política Nacional de Museus.

2. Plano museológico: implantação, gestão e organização dos museus

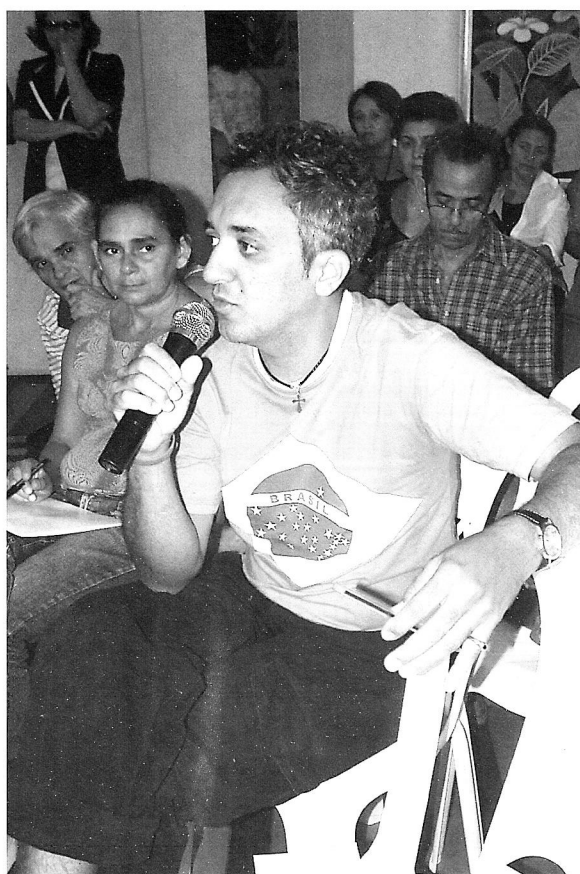
Conceitos de museu e museologia. Conceitos de projeto, programa e plano museológico. O plano como trabalho coletivo: importância, vantagens e limites. Metodologia para elaboração e implantação do plano museológico. Identificação da missão institucional: finalidades, valores, metas e funções. Identificação de públicos e parceiros. Critérios para avaliação do plano museológico. O diálogo entre o plano museológico e a Política Nacional de Museus. Legislação e documentos institucionais: ata de fundação, decreto de criação, estatuto e regimento interno. Códigos de ética do Conselho Internacional de Museus e do Conselho Federal de Museologia.

3. Elaboração de projetos e fomento para a área museológica

Museu: dinâmica conceitual. Definição de museus adotada pela Política Nacional de Museus. Funções dos museus: preservação, investigação e comunicação. Projeto e fomento: conceitos básicos. O passo a passo para a elaboração de projetos. A importância do planejamento e da metodologia. A política de editais: exemplos práticos. Fontes de financiamento e captação de recursos. O papel das Associações de Amigos e de Apoio aos Museus.

4. Ação educativa em museus

Teoria e prática da ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios contemporâneos. Antecedentes históricos da relação entre educação e museu. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas.





Programas museus e escolas, museus e professores, museus e comunidades. Os museus e o ensino das artes, dos ofícios e das ciências. Museu, educação e cidadania: o compromisso social.

5. Conservação de acervos

Os museus e suas funções. Conceitos de preservação, conservação e restauração. Breve histórico da preservação de bens culturais. Fatores de degradação: ação humana, condições ambientais, ataques biológicos e reações químicas. Documentação e conservação preventiva: elaboração de diagnóstico e plano de conservação. Procedimentos técnicos e rotinas de acondicionamento, manuseio, embalagem e transporte. Política de conservação de acervos.

6. Gestão e documentação de acervos

Museu, museologia e museografia. A importância da documentação museográfica. Documentação e pesquisa nos museus. Processamento técnico, preservação e gestão da informação. A construção de bases de dados. Sistemas informatizados disponíveis no Brasil para tratamento de informações. Inventário e catalogação. A construção de redes de informação. Política de documentação: da aquisição ao descarte.

7. Treinamento de equipes administrativas e de apoio

Museu: dinâmica do conceito. Diferentes tipologias de museus. Definição de museus adotada pela Política Nacional de Museus. Funções básicas dos museus: preservação, investigação e comunicação. Organogramas e funcionamento. O papel das equipes administrativas e de apoio. A imagem do museu e suas equipes. O caráter público dos museus. Serviços, usuários, beneficiários e bom atendimento. Cuidados básicos com os bens culturais. A importância do público e do trabalho comunitário. Qualidade do museu e qualidade dos serviços. Política de qualificação profissional.

8. Expografia

Conceitos de museu, museologia e museografia. O que é expografia. Exposição e comunicação museal. Tipologias de exposição. Exposições de curta, média e longa duração. A linguagem das exposições nos museus. Elementos e recursos expográficos: espaço, suportes, forma, cor, som, luz, texturas, imagens, textos e outros. Técnicas e materiais apropriados para exposição. O discurso expográfico. Exposição e conservação. As exposições e seus diferentes públicos. Diferentes processos de documentação e divulgação da exposição. Pesquisa e avaliação: usuários e beneficiários, resultados alcançados e impacto social das exposições.

9. Arquitetura em museus

Conceitos de arquitetura e de museu. Arquitetura e conservação de acervos. A relação entre as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e a arquitetura. Edifícios adaptados e edifícios construídos especialmente para museus – exemplos. A relação entre as funções dos museus e a preservação dos edifícios históricos que os abrigam. Parâmetros básicos para conservação e acréscimos em edifícios e sítios de valor cultural. Componentes das edificações: sistemas construtivos, estruturas, instalações, equipamentos, parâmetros de segurança, acessibilidade e conforto ambiental. Organização espacial: fluxos, usos e serviços. Normatização vigente.

10. Implantação de sistemas de museus

Histórico da criação do Sistema Nacional de Museus (1986). Política Nacional de Museus: histórico, elaboração, legislação. Criação do Sistema Brasileiro de Museus: criação, formação do comitê gestor, legislação, funções e atuações. Histórico da criação de Sistema Estadual de Museus: exemplo SEM do Rio Grande do Sul: antecedentes, legislação, decreto de criação, formação do SEM/RS, ações e atuações. Orientações jurídicas e encaminhamentos. Exemplos de organização do setor museológico em Portugal e Espanha.

11. Museus e turismo

Definição de turismo como fenômeno econômico, espacial e social. Composição do produto turístico. Mercado turístico. Turismo cultural: práticas européias x práticas latino-americanas. Literatura de referência. Cidades, cidadãos, turismo e lazer. Políticas públicas de cultura e turismo. Museus como destino de lazer e de turismo. Pesquisas de perfil de visitantes e de níveis da satisfação. Estudos de casos.

12. Segurança em museus

Conceitos de segurança: patrimonial, empresarial e mecânica. Ações preventivas: roubo, furtos, incêndio e vandalismo. Diagnósticos e mapeamento das áreas de risco dos museus. Treinamento e sensibilização dos funcionários. Prevenção e combate a incêndio. Monitoramento eletrônico. Controle de acesso de público às áreas restritas. Segurança nas áreas expositivas e nas reservas técnicas. A documentação como segurança: inventário, catalogação e registro fotográfico. Housekeeping. Laboratório: plano de segurança. 🏠

Professores das oficinas promovidas pelo DEMU/IPHAN

Albino Oliveira	Luciana Sepúlveda
Alejandra Saladino	Luis Antonelli
Alessandra Rosado	Luiz Antônio Cruz Souza
Aluane de Sá	Magaly Cabral
Ana Karina Rocha	Marcia Bertotto
Ana Saramago	Márcio Rangel
Anaildo Baraçal	Margareth Souza
Antonio Marcos Passos	Maria Célia Teixeira M. Santos
Aparecida Rangel	Maria Cristina Bruno
Átila Tolentino	Maria Luisa Soares
Carlos Chaves	Marília Xavier Cury
Cícero Almeida	Mário Chagas
Clara Ribeiro Mosciaro	Noris Leal
Claudia Storino	Norma Fairbanks
Denise Grispunn	Paulo José Nascimento
Denise Studart	Rita de Cássia
Deolinda Moreira	Rosana Nascimento
Eneida Braga Rocha	Rosária Ono
Elisa Ennes	Rose Moreira Miranda
Evelina Grunberg	Roseli de Fátima Barreto
Flávia Mello	Simone Flores
Ivan Coelho Sá	Soraya Coppola
Joana Angélica Flores	Tânia Omena
Joana Regattieri	Telma Lasmar
Judite Primo	Valdemar de Assis Lima
Kátia Rovaron Moreira	Vinicius Barcelos
Laura Abreu	Vitória Bandeira
Leonardo Barreto	Wivian Diniz

"A museologia no Brasil, o admirável esforço, a pertinácia, a continuidade, o amor, a dedicação, o respeito com que ao longo desse espaço imenso todos vocês lutam para preservar os componentes fundamentais da cultura brasileira, dando a eles a melhor proteção, o possível dinamismo, a possível vivacidade, assegurando a possível devolução à comunidade debaixo de condições as mais difíceis, debaixo das restrições, de limitações, às vezes quase insuportáveis, na verdade, meus amigos, se não fosse o esforço, às vezes isolado, solitário, de alguns brasileiros mais velhos em termos de permanência nessa área, mais fiéis ao longo do tempo a essa causa e que aos poucos vêm agregando novos companheiros à área de museologia no Brasil, se não fosse esse esforço conjunto e combinado, pouco teria restado da memória cultural brasileira, muito pouco teria restado dos bens acumulados no tempo, dos bens que o tempo filtrou e que na própria trajetória mostraram sua importância, sua pregnância de valores."

Aloísio Magalhães

"O patrocínio cultural da Petrobras tem um foco importante nas ações voltadas para a memória. Uma das grandes linhas programa Petrobras Cultural, por exemplo, se chama Preservação e Memória. Temos seleções públicas para registro do patrimônio imaterial brasileiro, projetos de memória da arte (com apoio a acervos que ainda não estão sob a tutela de instituições) e uma linha de ações específicas para museus, arquivos e bibliotecas. No ano passado, aplicamos R\$ 4 milhões nesta área. No ano retrasado, foram R\$ 5 milhões. Recebemos projetos que tratam de acessibilidade dos acervos, montagem de exposições, capacitação profissional de equipes, obras para melhorar o acesso de deficientes e trabalhos de prevenção contra roubo e fogo."

Eliane Costa, Gerência de Patrocínios da Petrobras



Projetos, estudos e pesquisas

Projetos e consultorias

Além de apoiar projetos específicos para os museus do próprio IPHAN, o DEMU realiza consultorias por todo o país e orienta, em parceria com equipes locais, o desenvolvimento de projetos museológicos e museográficos de escopo variado, assim como projetos de criação de cursos de graduação. Entre esses projetos destacam-se:

1. Museu da Maré/RJ

Apoio museológico, museográfico e arquitetônico. Consultoria para a elaboração de exposições e desenvolvimento do plano museológico. Realização de oficinas e participação em curadorias coletivas.

2. Museu do Rio São Francisco/AL

Orientação para a elaboração do programa de necessidades básicas e no projeto de reforma e adaptação dos imóveis destinados ao museu. Consultoria e análise crítica visando ao aperfeiçoamento do projeto museológico.

3. Museu do Trem/RJ

A atuação do DEMU foi fundamental para garantir a existência e a continuidade do Museu do Trem. Consultoria e desenvolvimento do projeto de modernização da instituição.

4. Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira/BA

Orientação e apoio para o desenvolvimento da proposta conceitual. Reuniões de acompanhamento do projeto e realização de seminário visando à elaboração do plano museológico.

5. Museu do Pantanal/MT

Orientação e apoio no desenvolvimento da proposta conceitual. Análise crítica e acompanhamento do projeto.

6. Museu dos Azulejos/MA

Contribuição para as discussões e apoio aos estudos iniciais visando à elaboração do projeto do museu.

7. Universidade Federal de Pelotas/RS

Consultoria para a elaboração do projeto de criação do curso de graduação em museologia, já em funcionamento. Apoio à realização de concurso público e à oferta de disciplinas específicas do campo da museologia.

8. Universidade Federal do Pará/PA

Apoio ao projeto de criação de curso de graduação em museologia, em fase de implantação.

9. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio/RJ

Apoio aos projetos de memória da museologia no Brasil e de reforma curricular, desenvolvidos pela Escola de Museologia e pelo Departamento de Estudos e Processos Museológicos.



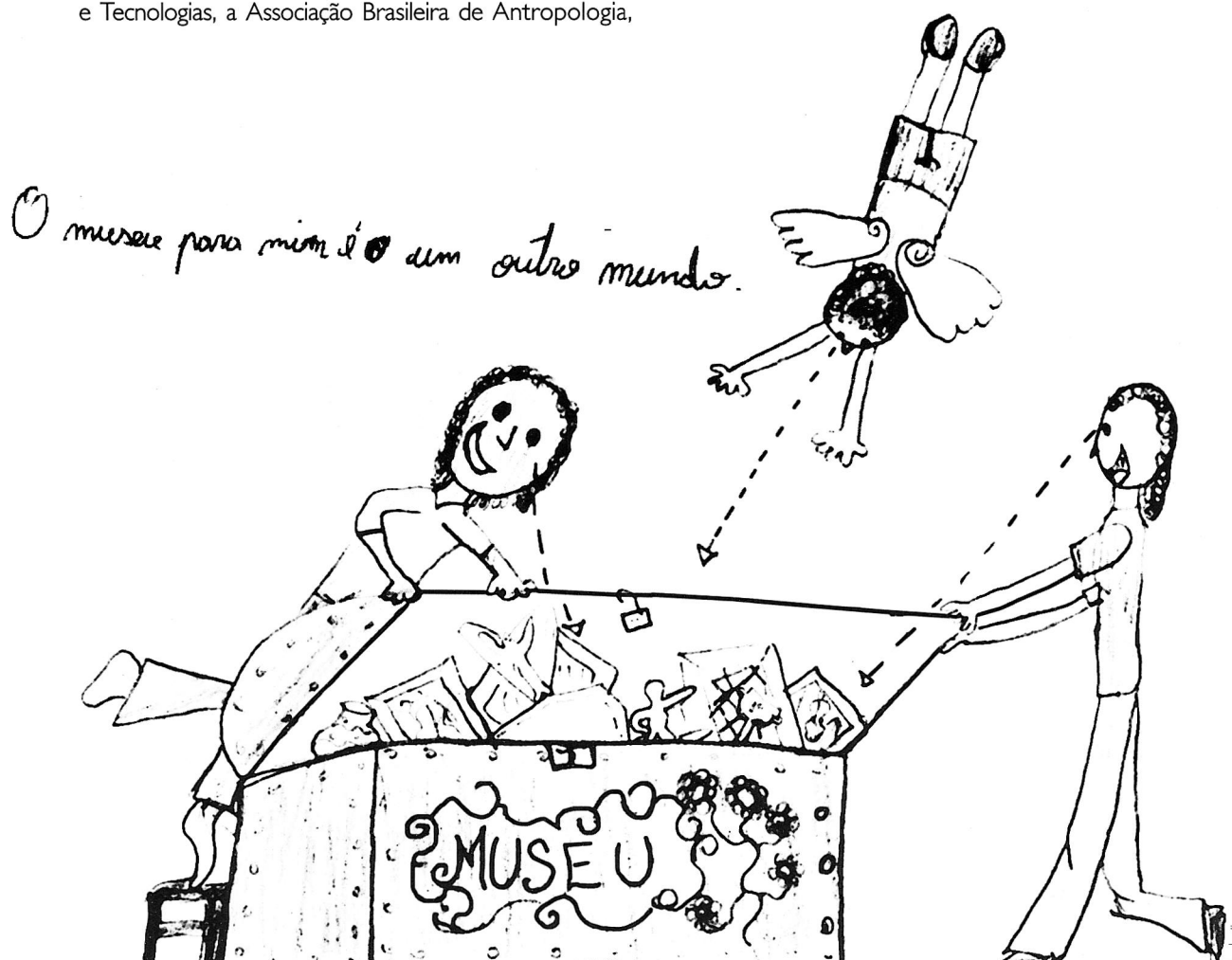
Estudos e pesquisas

De modo gradual e perseverante, ao longo dos últimos quatro anos, o DEMU vem cuidando de implantar e consolidar um setor de pesquisas com linhas específicas de investigação e em franco diálogo com instituições que têm trajetórias reconhecidas e bem assentadas no domínio da investigação científica. O programa de pesquisas do DEMU vem sendo fortalecido com as parcerias firmadas com o Programa de Especialização em Patrimônio (resultante de convênio celebrado entre o IPHAN e a Unesco), com a Fundação Osvaldo Cruz, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a Associação Brasileira de Antropologia,

a Associação Brasileira de Museologia, a Associação Portuguesa de Museus, o Instituto Português de Museus e o Ministério da Cultura da Espanha. Os projetos em desenvolvimento no DEMU estão em sintonia com as seguintes linhas de pesquisa:

1. História dos museus no Brasil

Inclui pesquisas de caráter geral que têm o objetivo de desenhar um mapa cronológico das instituições museológicas do Brasil e pesquisas específicas sobre a presença dos museus na obra de viajantes do século XIX



e sobre o desenvolvimento de práticas museológicas no país entre 1946 e 1964.

2. Museus, gestão e políticas públicas de cultura

Ancora estudos sobre os sistemas municipais, estaduais e federais de museus, que examinam as relações entre as instituições, a gestão e as políticas culturais. A ênfase destes trabalhos recai sobre os seguintes períodos históricos: transferência da família real portuguesa para o Brasil (1808-1822), 2º Reinado (governo de D. Pedro II, entre 1840 e 1889), era Vargas (1930-1954), regime militar (1964-1985), criação e atuação do Ministério da Cultura (1985-2002) e Política Nacional de Museus (2003-2006).

3. Imaginação museal: mapas, imagens e números dos museus no Brasil

Envolve pesquisas orientadas para a compreensão das relações entre o pensamento social brasileiro e os museus, para o conhecimento do público que frequenta e do

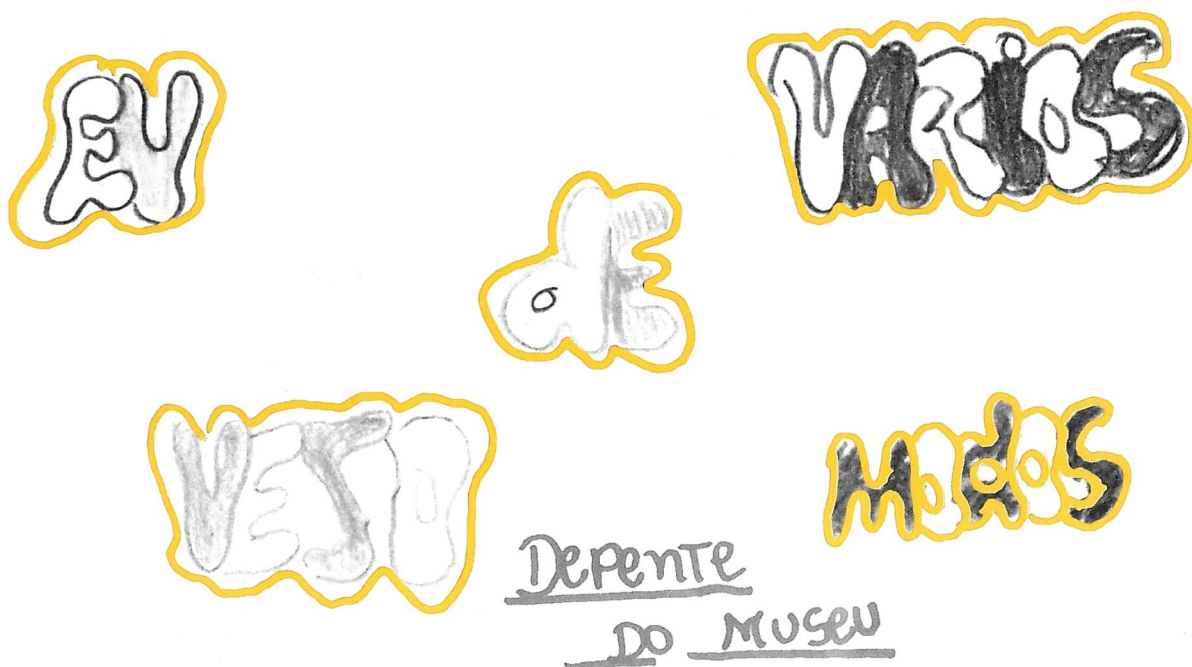
que não frequenta os museus, para o cadastramento dos museus do Brasil e para o conhecimento da imagem dos museus em públicos específicos (jovens estudantes, terceira-idade, donas de casa, professores, comerciantes etc).

4. Museus, memórias e cidades

Reúne pesquisas sobre as relações entre os museus, lugares de memória e esquecimento, e os espaços urbanos, com ênfase nas cidades históricas. Abriga também estudos sobre o mapeamento das adaptações, reformas e alterações feitas nos prédios dos museus do IPHAN, com especial atenção para as questões de acessibilidade e democratização do uso dos equipamentos culturais.

5. Museus, patrimônios e coleções científicas

Inclui pesquisas orientadas para o estudo de coleções científicas (incluindo as produzidas no campo das ciências sociais e humanas) e estudos sobre o pensamento científico no Brasil e sua relação com questões de memória e patrimônio. 

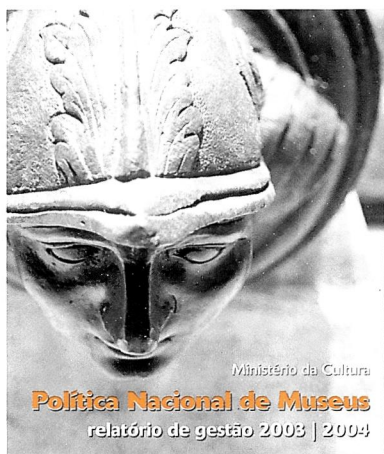
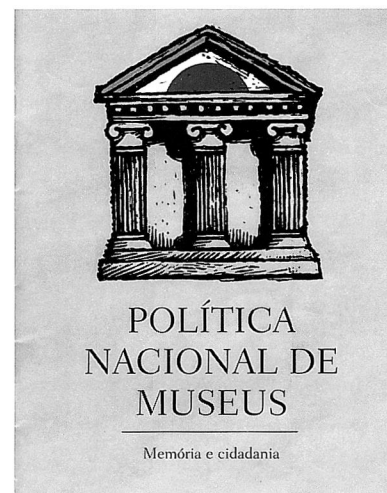


Semeando informações

Publicações

Caderno “Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania”

Documento-base da Política Nacional de Museus, apresenta os objetivos, os princípios orientadores, as diretrizes e os eixos programáticos da política. O documento foi construído a várias mãos, de forma democrática, por meio de amplo debate com a comunidade museológica. Sua elaboração envolveu secretarias de cultura, ministérios afins à área museológica, universidades, profissionais e personalidades do meio museológico. O caderno também traz o texto sobre as propostas para encaminhamentos do Programa de Formação e Capacitação em Museologia, primeiro eixo da PNM colocado em prática.

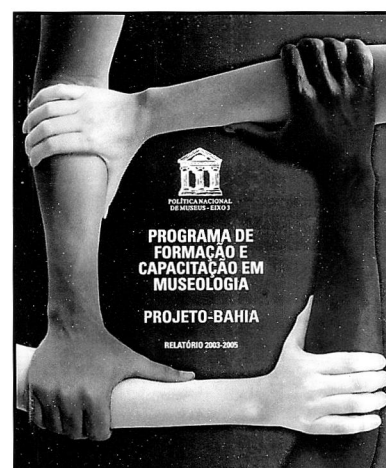


Relatório de dois anos da Política Nacional de Museus

O relatório de gestão dos dois anos da Política Nacional de Museus (PNM) apresenta os avanços ocorridos no setor museológico após a implementação da PNM, entre 2003 e 2004. Entre os assuntos abordados estão o Sistema Brasileiro de Museus, o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Museus, balanços e perspectivas, investimentos, ações de formação e capacitação em museologia e as parcerias realizadas.

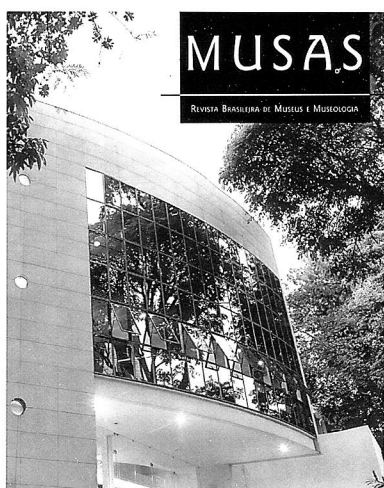
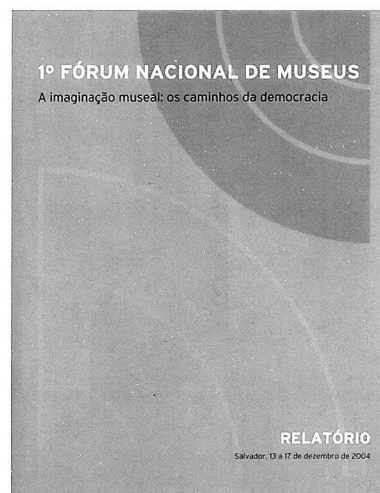
Relatório do Programa de Formação e Capacitação em Museologia

O objetivo do Programa de Formação e Capacitação em Museologia é contribuir para a revitalização de museus, atendendo à demanda para o aprimoramento dos recursos humanos. Organizado pela comissão do programa na Bahia, constituída por representantes de entidades ligadas à museologia no estado, e apoiado pelo DEMU/IPHAN, é composto por quatro linhas temáticas para o desenvolvimento de projetos: perfil dos museus baianos, editoração, aplicação de processos museológicos e formação e capacitação. O relatório de gestão apresenta os resultados obtidos pelo Programa no estado entre 2003 e 2005.



Relatório do 1º Fórum Nacional de Museus

Registra os principais resultados do evento, realizado em Salvador (BA) de 13 a 17 de dezembro de 2004. A publicação traz os textos das palestras, conferências, moções, recomendações, resultados dos grupos de trabalho e relatórios dos observadores, bem como o documento final do 1º Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia (Enemu), realizado paralelamente ao fórum.

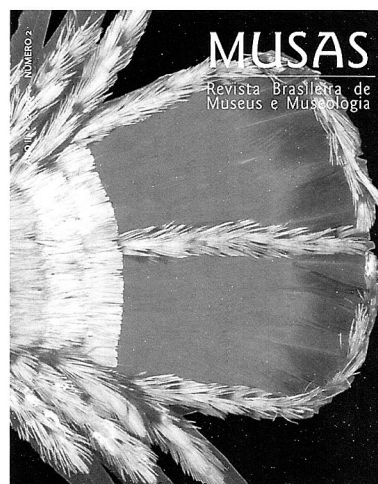


Revista Muses nº 1

A revista *Muses* – Revista Brasileira de Museus e Museologia é um periódico especializado produzido, coordenado e organizado pelo DEMU/IPHAN com o objetivo de estimular intercâmbios e disseminar informações especializadas no setor; abrindo caminhos e diálogos entre profissionais, técnicos, estudantes e pesquisadores. O primeiro número traz artigos sobre sistema de museus, públicos, memória, museus de arte e etnográficos. Traz também, sob a forma de dossiê, a importante contribuição dos brasileiros afiliados ao Comitê Internacional para Ação Educativa e Cultural (Ceca) do Conselho Internacional de Museus. O projeto editorial de *Muses* prevê, a cada edição, a visita a um museu brasileiro. Nesse número, a instituição visitada é o Museu Histórico Abílio Barreto, de Belo Horizonte. Há também a seção *Muselânea*, cujo objetivo é coletar, reunir e apresentar notícias, informes, relatos e experiências.

Revista Muses nº 2

A revista *Muses* nº 2 apresenta artigos de 26 autores, que tratam de turismo, de lazer e prazer nos museus; das relações sociais e de gênero nas instituições museológicas; das ações afirmativas de caráter museológico num museu universitário; das ações educativas e das pesquisas de públicos; dos projetos de acessibilidade e de inclusão social; das políticas públicas de cultura e dos sistemas de museus, entre outros temas. Como novidade, traz um sugestivo ensaio fotográfico sobre o público jovem em museus e um poema sobre museu. Na seção *Museu Visitado*, a revista apresenta um registro sobre o Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição centenária situada em Belém do Pará.



Revista do Patrimônio “Museus – Antropofagia da Memória e do Patrimônio”

Com o título “Museus – Antropofagia da Memória e do Patrimônio”, a *Revista do Patrimônio* nº 31 traz artigos inéditos sobre a transformação das linguagens museográficas, a musealização de sítios arqueológicos, o papel social dos museus e sua dimensão enquanto espaços de representação social, além de questões sobre gestão e desenvolvimento de ações educativas. Completam a edição documentos e ensaios de pensadores da área, como os Andrade (Rodrigo Melo Franco, Mario e Oswald), Lygia Martins Costa, Paul Valéry, Theodor W. Adorno e Walter Benjamin, oferecendo uma densa e poética interpretação da natureza simbólica do espaço museológico.



1º Boletim do Observatório de Museus

O Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC) é um projeto elaborado em parceria entre o DEMU/IPHAN e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Trata-se de um programa de pesquisa e serviços sobre museus e instituições afins que propõe a criação de um sistema em rede de produção, reunião e compartilhamento de dados e conhecimentos diversos sobre museus em sua relação com a sociedade. O 1º Boletim do OMCC apresenta os principais resultados obtidos na pesquisa Perfil-Opinião, realizada em 11 museus do Rio de Janeiro. O resultado desse projeto-piloto é fundamental para professores, pesquisadores, estudantes e gestores culturais que atuam no campo dos museus e da museologia, bem como no trabalho com políticas públicas de cultura.

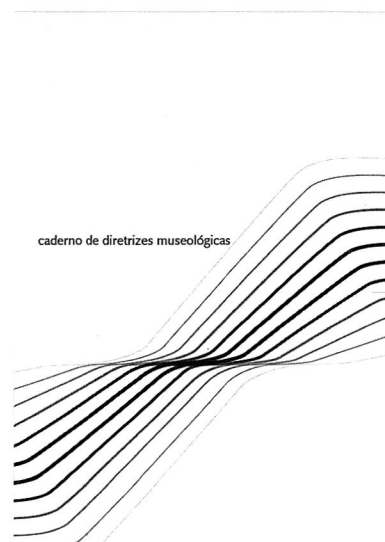
Tesouro de Cultura Material dos Índios no Brasil

Produzido em parceria entre o Museu do Índio da Funai (RJ) e o DEMU/IPHAN, o Tesouro tem o objetivo de estabelecer uma terminologia padrão representativa do material produzido pelas sociedades indígenas e visa à indexação dos artefatos existentes no acervo etnológico e à unificação da linguagem informacional para facilitar o processo de comunicação entre os diferentes acervos. Serve, ainda, para o diálogo entre instituições com acervos etnográficos e, principalmente, possibilita aos povos indígenas o resgate de referências sobre seu patrimônio cultural.



Caderno de Diretrizes Museológicas

Publicado em parceria com a Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, o Caderno de Diretrizes Museológicas é composto de duas partes. A primeira traz quatro artigos com temas referentes a museus (noções conceituais, apontamentos históricos sobre a instituição, documentação museológica, objetos museais, prevenção e conservação em museus). A segunda parte é integrada por modelo de lei de criação de museus, pelo estatuto de associação de amigos de museus e por um glossário de termos básicos e frequentes em museus.

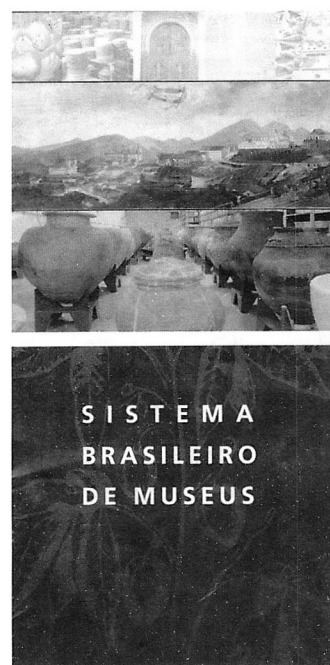


Caderno "Cadastro Nacional de Museus" – Mapeando a Diversidade Museal Brasileira"

Apresenta o questionário do Cadastro Nacional de Museus e o manual com instruções para seu preenchimento. O cadastro tem a finalidade de efetuar um diagnóstico sobre a realidade museológica brasileira e ser um importante instrumento para a criação e implementação de políticas públicas nessa área.

Caderno do Sistema Brasileiro de Museus

Traz as orientações básicas e apresenta os procedimentos necessários para a adesão ao Sistema Brasileiro de Museus. Contém o texto do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que instituiu o SBM e o formulário do Termo de Adesão, que pode ser preenchido e encaminhado para a apreciação do comitê gestor do sistema.



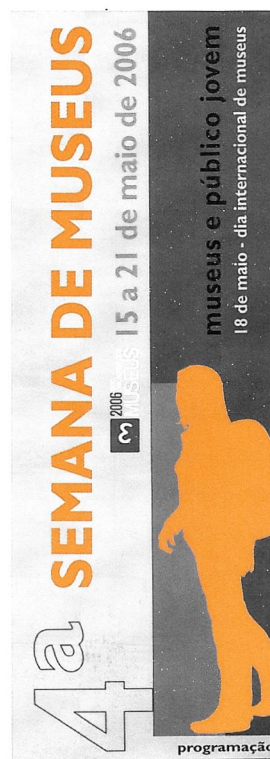
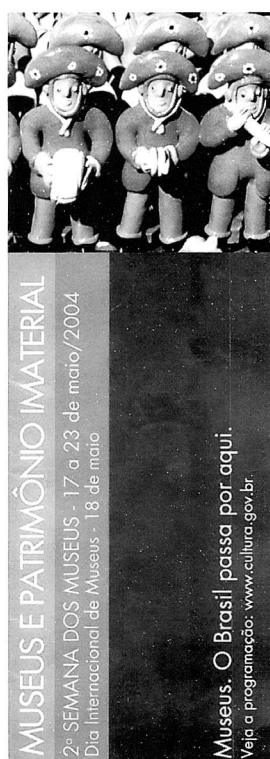
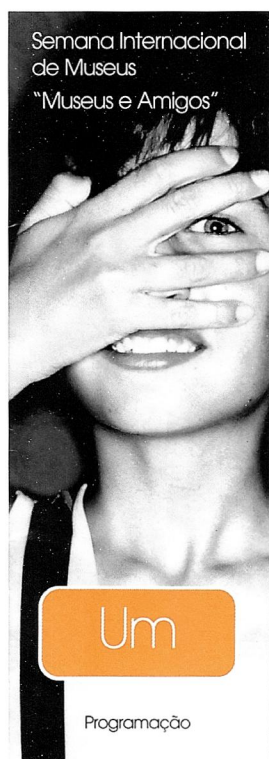


Coleção Museu Memória e Cidadania

Criada pelo DEMU/IPHAN, visa à publicação de dissertações, teses, ensaios e pesquisas que tratem de questões museológicas e das relações entre museus e sociedade. O primeiro número é o livro "A escrita do passado em museus históricos", de Myrian Sepúlveda dos Santos.

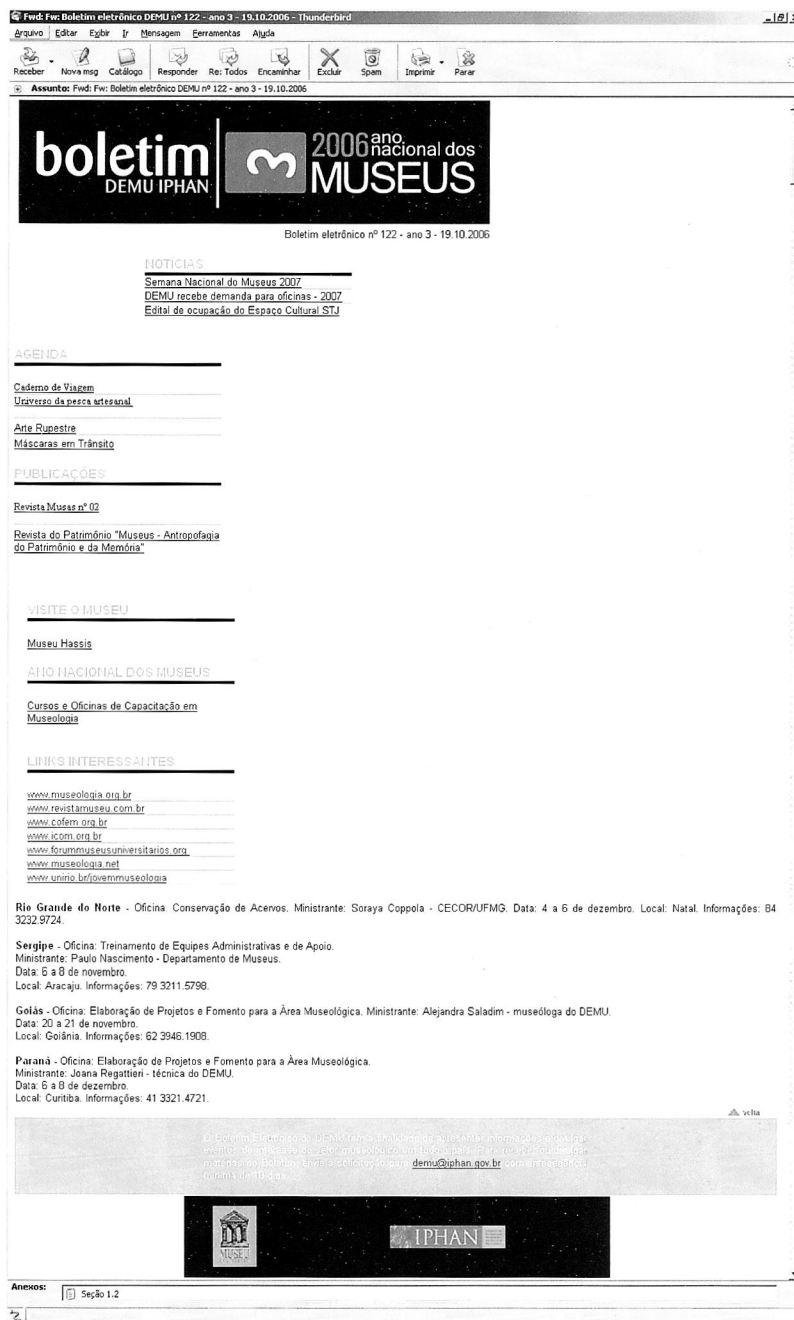
Agendas das Semanas de Museus

Publicadas anualmente, divulgam os eventos relacionados à Semana dos Museus programados por todo o Brasil. O conjunto de eventos divulgados permite compreender o avanço e engajamento das atividades museológicas no país.



Boletim eletrônico do Departamento de Museus e Centros Culturais

O Boletim Eletrônico do DEMU tem circulação semanal e serve para divulgar eventos, cursos, seminários, editais de apoio e projetos ligados ao setor museológico e áreas afins. Editado pela primeira vez em junho de 2004, chegou ao nº 128 em dezembro de 2006, atingindo um público de aproximadamente quatro mil destinatários. Trata-se de um importante meio de interação e integração da área museológica e de um poderoso instrumento a serviço da democratização do acesso à informação.



A Política Nacional de Museus e os museus do IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é responsável pela administração de instituições localizadas em quase todas as regiões do território nacional – a maior rede de museus do país. A reformulação promovida pelo Governo no Ministério da Cultura e organismos a ele vinculados em 2003 resultou na formalização de um órgão para tratar diretamente da gestão dos museus do IPHAN, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU).

Desde a sua criação, o DEMU tem sido o braço ativo do MinC na implantação e na execução da Política Nacio-

nal de Museus, que abrange todos os museus brasileiros, ligados ou não ao Ministério, públicos ou privados. No entanto, ações estratégicas voltadas especificamente para os museus do IPHAN foram tomadas nestes quatro anos, depois de constatados pontos críticos como infra-estrutura física, aquisição de acervos, falta de funcionários, segurança, equipamentos obsoletos etc.

Para revitalizar os museus do IPHAN, foi criado o Programa Modernização de Museus. Gerenciado pelo DEMU, ele viabilizou a retomada de projetos paralisados e a implantação de novas ações, com impacto surpreendente em instituições importantes no cenário nacional. Entre os exemplos mais bem-sucedidos, podemos citar o Museu das Bandeiras (Goiás), o Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro), o Museu Lasar Segall (São Paulo), o Museu da Inconfidência (Ouro Preto), o Museu do Ouro (Sabará/MG) e o Museu das Missões (São Miguel das Missões/RS, com o projeto em andamento).

Neste universo tão diversificado, destacam-se a ampliação e a modernização das reservas técnicas de duas grandes instituições: o Museu Histórico Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, ambos no Rio de Janeiro. É importante lembrar que modernizar e ampliar reservas técnicas não só possibilita o acondicionamento adequado das coleções como contribui para melhorar a qualidade do atendimento aos pesquisadores. E, tradicionalmente, os museus têm sido fontes inesgotáveis de produção de conhecimento, contribuindo para a geração de pesquisas de altíssima qualidade.

Um dos principais meios de comunicação entre os museus e a sociedade são as exposições. Para ser eficiente, po-

“A Política Nacional de Museus é um componente insubstituível de realização de maior acesso dos brasileiros à sua memória e aos muitos acervos disponíveis, embora desconhecidos de grande parte da nossa população. A possibilidade de que os museus, mais fortes, combinem preservação e o conhecimento pleno de seus conteúdos é um objetivo alcançável somente com ações e programas coordenados por uma ampla política. Estes passos estão sendo dados pela gestão do Ministro Gilberto Gil. O norte desta política é a sociedade brasileira, cuja auto-imagem só poderá se atualizar e ser refletida mediante maior e contínuo acesso a esses acervos estruturantes. Afinal, seja para a cidadania plena, seja para a busca da relação tradição-contemporaneidade da produção cultural, esses acervos são ao mesmo tempo produtos e pré-requisitos da contínua e inacabada construção de nós mesmos.”

Alfredo Manevy, Secretário de Políticas Culturais

rém, é necessário que todas as áreas do museu estejam bem estruturadas. Colocando o diálogo com a sociedade em primeiro plano, o MinC apostou e investiu na reformulação das exposições de longa duração. Várias instituições ganharam módulos expositivos, com o intuito de complementar suas narrativas históricas. Nesse quesito, merece destaque a nova concepção museográfica do Museu da Inconfidência, que transformou completamente sua relação com o visitante ao colocar o próprio acervo como foco principal da narrativa, ressaltando suas qualidades estéticas.

Um dos resultados diretos da ampliação e da modernização das reservas técnicas é a retomada do processo de aquisição de acervos. Entre 2003 e 2006, cerca de quatro mil itens incrementaram nossas coleções. Das 36 instituições ligadas ao IPHAN, 12 (cinco museus nacionais, seis regionais e uma casa histórica) declararam ter aumentado suas coleções por meio de doações ou compras. O melhor é que esta porcentagem não reflete a realidade de uns poucos estados da federação, como era comum em épocas passadas.

A análise dos relatórios enviados pelas unidades museológicas mostra que o número de doações praticamente dobrou em alguns museus. A visitação, por sua vez, também cresceu: à medida que o público se apropria do espaço museológico (através do conhecimento do que ele representa, como funciona e o que oferece à comunidade), cresce o impulso de participar mais efetivamente, contribuindo para o seu crescimento com doações, por exemplo. O Museu Histórico Nacional tem a maior quantidade de peças doadas: 2.393. Este número comprova a eficácia da mudança de mentalidade do museu, que não se restringe mais a acervos consagrados, valorizando também as peças do cotidiano. É curioso observar que uma das doações foi feita pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, num gesto simbólico de relação entre cidadania, memória e museus.

O público em geral também tem procurado doar peças, como se pode constatar pela crescente descentralização das doações: as instituições regionais registraram a entrada de grande quantidade de bens culturais. Bom

exemplo disso é o Museu Regional de São João Del Rei, que recebeu quase 200 peças novas.

Dos museus que ampliaram seus acervos por meio de doações, três avaliaram monetariamente as peças: o Museu Histórico Nacional (2.393 peças avaliadas em R\$ 589.797), o Museu do Diamante (136 peças avaliadas em R\$ 20.850) e o Museu Regional de São João Del Rei (197 peças avaliadas em R\$ 5.040). Ao todo, são 2.726 peças avaliadas em R\$ 615.687,40. Os valores monetários não dão conta do legado simbólico, mas indicam que os cidadãos passaram a ver seus objetos não apenas como descarte, mas como peças valorizadas pelas instituições museológicas.

O investimento na aquisição de acervo também foi relativamente grande, demonstrando a preocupação dos museus em reservar orçamento especial para a renovação de suas coleções, ação imprescindível para o seu desenvolvimento.

Ainda na alçada do Programa Modernização de Museus, estão em fase de projetos para implantação, a partir de 2007, as seguintes instituições: Museu Castro Maya (Rio de Janeiro), Museu Casa de Benjamim Constant (Rio de Janeiro), Forte Defensor Perpétuo (Paraty), Museu de Arte Sacra de Paraty e Museu do Diamante (Diamantina).

Ao buscar a realização de suas funções matriciais (preservação, pesquisa e comunicação), os museus do IPHAN desenvolveram projetos que enfatizam não apenas o aspecto cultural, mas também o social e o educacional. Sem falar nas ações administrativas, que vêm contribuindo para o bom desempenho dos projetos realizados.

Podemos traçar o perfil de cada museu a partir de suas principais atividades. Siga o relatório de ações das instituições ligadas ao IPHAN entre 2003 e 2006.

Forte Defensor Perpétuo de Paraty – Paraty/RJ

Construído em 1703 no Morro da Vila Velha, com a denominação de Ponta da Defesa, o Forte Defensor Perpétuo sofreu com o declínio econômico de Paraty, permanecendo em ruínas até 1822, quando foi reconstruído e recebeu o nome atual, em homenagem ao imperador Dom Pedro I. A construção, guarnecida com seis canhões, foi tombada pelo IPHAN em 1957, logo após a transferência de sua jurisdição do Ministério da Guerra para o da Educação e Cultura. Atualmente, objetos dos antigos engenhos da região e ferramentas de obras de igrejas podem ser vistos no local, onde também acontecem exposições de longa duração.

O museu passa por um período de grandes investimentos em obras de manutenção e conservação. Numa primeira etapa, foram priorizados o telhado, a casa de pólvora e o espaço do alojamento (quartel e casa do comandante). Em 2006, a rede elétrica passou por uma revisão e os materiais em ferro receberam tratamento anticorrosivo. Além disso, tendo por base o calçamento em pedra existente, foi identificada a ladeira de acesso ao forte pelo mar. Entre as ações de pesquisa, destacaram-se os trabalhos referentes aos antigos caminhos que ligavam o interior ao porto de Paraty.

A preocupação em manter-se em contato direto com seu público (estudantes, em sua maioria) é percebida na montagem das exposições “Referência do patrimônio material e imaterial de Paraty”, “Patrimônio mundial” e “Modos de fazer”, visando a enfatizar a importância das ações culturais da cidade.

Vale registrar que o Forte teve mais de 12 mil visitantes neste período de retomada e fortalecimento de suas ações museológicas.

Museu da Abolição – Recife/PE

Criado por decreto em 1957, o Museu da Abolição – Centro de Referência da Cultura Afro-Brasileira foi inaugurado em 1983 no Recife, no sobrado que foi sede do Engenho Madalena e residência do conselheiro abo-

licionista João Alfredo. Fechado em 1990, foi reaberto em 1996, no Dia do Patrimônio Cultural.

Atualmente, dispõe de uma sala de exposição permanente onde podem ser vistas 39 peças do cotidiano de senhores e escravos, desde objetos ligados ao sincretismo religioso até aqueles utilizados no tráfico negreiro. A sala de exposições temporárias destina-se à divulgação, proposta pela comunidade, de expressões afro-brasileiras contemporâneas. O museu conta ainda com um miniauditório e um centro de documentação e pesquisa com biblioteca especializada e hemeroteca.

O processo de modernização da infra-estrutura incluiu a compra de equipamentos eletrônicos, livros técnicos e equipamento de som, capacitando o museu para melhor desempenhar sua função social.

Nos últimos quatro anos, foram realizadas diversas exposições, oficinas e atividades de educação patrimonial. A mostra de esculturas “Orixás em ferro” precisou ser prorrogada, devido ao grande interesse do público pela religiosidade africana. Em 2003, em parceria com o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, o museu promoveu a exposição “Imagens negras”, de fotos que revelavam a predominância de negros presos na Casa de Detenção do Recife. Em 2004, foi montada a exposição “Presença”, que tratava da exploração do regionalismo, da etnologia e da cultura nordestinos. Nas pinturas da artista plástica Graça Costa, que retratam a cultura nordestina, o negro era o personagem principal. Já a exposição hemerográfica “Recortes” mostrou como a imprensa lida com as muitas faces do racismo, da exclusão e do preconceito.

Nem só de exposições, porém, foi feito o cotidiano do museu nestes quatro anos. O “II concurso de fotografias Mestre Luis de França”, cujo tema foi “Preto, branco, amarelo... qual a cor do povo brasileiro?”, contou com a participação de 55 fotógrafos.

Outra atividade importante foi o projeto “Domingo na Madalena”, iniciado em 2002 com a realização de uma feira multicultural no jardim, que passou a acontecer no

primeiro domingo de cada mês. Artesanato, comidas típicas, atividades infantis e apresentações artísticas aproximaram o público do museu, que passou a ser visto como mais uma opção de lazer para o bairro da Madalena. Colônias de férias, oficinas gratuitas de capoeira, exibição de vídeos pedagógicos e sarais culturais completam o quadro de atividades, ao lado da realização do seminário “O museu que nós queremos” que, junto com a comunidade negra, definiu o escopo e as metas da instituição.

Museu de Arqueologia de Itaipu – Niterói/RJ

Criado em 1977, o Museu de Arqueologia de Itaipu está sediado nos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, construído no começo do século XVIII. Em 1955, o imóvel foi tombado e recuperado pelo IPHAN. Hoje, o acervo do museu é composto por artefatos produzidos pelos povos que viveram no litoral fluminense antes de 1500.



Vista lateral do Museu de Arqueologia de Itaipu

Em 2003, o museu recebeu 2.449 visitantes e recuperou a parte elétrica do prédio da administração, que também passou por obras de impermeabilização. Foram montadas as exposições “Arqueologia em maquetes” (de maquetes que representam sítios arqueológicos e as técnicas de escavação) e “Ecoando dez anos ecoando”

(comemorativa dos dez anos do projeto “Ecoando”). Já o projeto de educação patrimonial “Canico e samburá” leva um acervo itinerante de dados sobre arqueologia, patrimônio cultural e cultura indígena da região a escolas do município de Niterói.

Cerca de quatro mil pessoas visitaram o museu em 2004. Além da exposição de longa duração “Aspectos da pré-história do Rio de Janeiro na faixa litorânea compreendida entre Niterói e Cabo Frio”, foram realizadas caminhadas visuais e apresentações de música, entre outras atividades.

Em 2005, ano em que o museu permaneceu fechado por cerca de cem dias em função da greve dos servidores públicos federais, o número de visitantes foi de 1.832. A mostra “Um olhar sócio-ecologista” comemorou os 12 anos do “Ecoando” e, mais uma vez, o projeto “Canico e samburá” levou conhecimento a escolas da região.

O público de 2006 foi de 1.473 pessoas. O museu reinaugurou a exposição “Arqueologia em maquetes” e reestruturou o projeto “Canico e samburá”. Também foram oferecidas, a escolas públicas e particulares, oficinas monitoradas de simulação de escavação em sítios arqueológicos para mostrar o trabalho de arqueólogos a estudantes.

Museu de Arte Religiosa e Tradicional – Cabo Frio/RJ

Fundado em 1686, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio, de arquitetura franciscana colonial, foi inaugurado apenas em janeiro de 1696. Em 1957, o monumento foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, passando à guarda do IPHAN em 1968.

Em 2003 e 2004, o museu atendeu a pesquisadores e visitantes, fez exposições de curta e longa duração e desenvolveu ações de difusão cultural. A partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e outras instituições, foram montadas exposições que

promoviam a flora e a fauna da cidade, dando prosseguimento às comemorações dos 500 anos da presença de Américo Vespúcio na região.

Ações de cunho educativo também tiveram destaque, tais como as visitas monitoradas e as palestras para professores.

Entre 2003 e 2006, realizaram-se 24 exposições temporárias e duas de longa duração, além da exibição permanente do acervo e de três mostras em parceria com a Prefeitura Municipal em espaços municipais (uma delas contou também com a parceria do Departamento Histórico da Marinha do Rio de Janeiro). Apresentações de capoeira, maculelê, dança do fogo e jongo, concertos, lançamentos de livros e recitais de poesia também constaram do calendário, assim como palestras e cursos enfocando o patrimônio cultural brasileiro.

O núcleo de biblioteca especializada em arquivo histórico regional atendeu a 37 consultas de estudantes dos três níveis de ensino e a 47 pesquisadores nas áreas de arquitetura, artes plásticas e História.

Museu de Arte Sacra da Boa Morte – Goiás/GO

Construída em 1779, a Igreja da Boa Morte serviu, durante muitos anos, como catedral provisória e foi transformada em museu em dezembro de 1968. De sua porta principal sai, na Quinta-feira de Trevas, a célebre Procissão do Fogaréu. A coleção de imaginária sacra do século XIX conta com obras de José Joaquim da Veiga Valle, santeiro nascido em 1806 em Meia Ponte (atual Pirenópolis) e considerado um dos expoentes da arte colonial brasileira.

Em 2003 e 2004, o museu implementou diversas ações de promoção, apoio cultural, atendimento a pesquisadores e recebimento de visitantes, além de seminários e cursos. Entre os exemplos de maior destaque, temos o “VI Festival internacional de cinema e vídeo ambiental” (Fica), o lançamento do CD “Poemas inéditos de Cora Coralina”, o festival de gastronomia e o seminário afro-brasileiro.

O projeto “Cidades coloniais brasileiras” gerou farto material sobre o patrimônio cultural, como o livro que aborda a semelhança entre as cidades portuguesas e brasileiras no período colonial, do ponto de vista arquitetônico e urbanístico.

Em 2003, a instituição participou da organização do “V Festival internacional de cinema e vídeo ambiental”, do encontro de cidades históricas de Goiás, da comemoração do aniversário de Cora Coralina e da organização da Semana Santa. O museu também adquiriu quatro peças do escultor goiano Veiga Valle e realizou uma exposição com a obra do artista. Nas atividades de rotina (recepção e atendimento aos visitantes), contou com a participação de 17.319 pessoas.

Em 2004, o museu voltou a participar da organização e da realização do Fica. Participou, também, da exibição de filmes sobre meio ambiente, educação e preservação patrimonial, aos sábados, na periferia da cidade. Apoiou a organização do encontro de benzedeadas, parteiras e raizeiras e do seminário afro-brasileiro. Adquiriu equipamentos para otimizar as atividades de promoção e proteção do acervo museológico. As atividades museológicas de rotina contaram com a participação de 18.280 pessoas.

Em 2005, o museu coordenou o projeto “Estrada do Nascente: trilhas e caminhos de Vila Boa—Goiás—Ferreiro” e realizou a manutenção do acervo permanente e da reserva técnica. As atividades museológicas de rotina contaram com a participação de 12.531 pessoas.

Em 2006, através da Secretaria de Promoção e Igualdade Social, aumentamos os Pró-Jovens. O museu promoveu, ainda, a organização e o controle de seu acervo bibliotecário e participou da organização do “III Encontro afro-brasileiro” na cidade de Goiás. Até setembro, as atividades de rotina contaram com 7.811 visitantes.

Museu de Arte Sacra de Paraty – Paraty/RJ

Criado em 1973 através de um convênio entre a Mitra Diocesana de Barra do Piraí e o IPHAN, o Museu

de Arte Sacra de Paraty preserva, pesquisa e expõe coleções de imaginárias, pratarias dos séculos XVII, XVIII e XIX e testemunhos culturais da religiosidade da comunidade.

Na coleção de imaginária destacam-se as imagens da padroeira da cidade (Nossa Senhora dos Remédios), de Santa Rita e da Sagrada Família. Uma rara iconografia de Nossa Senhora da Expectação é exposta em conjunto com alfaias.

As obras de manutenção e conservação do acervo tiveram como foco a preservação do patrimônio e incluíram a restauração de imagens (em especial da Igreja de Santa Rita, da Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, da Igreja de Nossa Senhora das Dores e da Igreja Nossa Senhora do Rosário). O acervo da Igreja de Nossa Senhora das Dores foi transferido para o museu, em função das obras de conservação realizadas no templo.

Nos últimos quatro anos, houve palestras sobre estilos arquitetônicos para alunos do curso de guias do Senac, concertos de música clássica e sacra, o Festival de Música Sacra de Paraty e exposições relacionadas à história da região.

Estes eventos contaram com grande participação de estudantes, turistas e moradores, atraindo 64.620 visitantes.

Museu das Bandeiras – Goiás/GO

A edificação que hoje abriga o museu foi construída em 1766 e utilizada como prisão até 1950, quando foi doada pelo governo do estado à União. O nome do museu alude à atuação dos bandeirantes na região e seu acervo inclui peças de mobiliário colonial goiano, equipamentos domésticos, prataria, imaginária católica e indumentária militar, além de uma importante documentação relacionada à administração da capitania e da província nos períodos colonial, imperial e republicano.

Em 2003 e 2004, foram realizadas ações como a reorganização do Arquivo da Real Fazenda – Período Colonial e o atendimento a pesquisadores.

Na área cultural, o museu apoiou a realização do filme “Cora Coralina – O chamado das pedras” e do documentário “Os caminhos do ouro”. O “I Encontro afro-goiano, a Procissão do Fogaréu-Mirim, o “II Simpósio regional do Centro de Estudos da História da Igreja Latino-Americana” (CEHILA) e a coletiva itinerante de artes plásticas de Anápolis também tiveram o nosso apoio.

Em 2003, passamos por um período de intensa atividade com a realização da exposição “Tecnologia de trançados indígenas”, de uma mostra de pinturas em aquarela e de uma oficina de papel artesanal reciclado para estudantes. Durante a quinta edição do FICA, ocuparam o museu as exposições “Novos valores”, “Formas e cores”, “Preto no branco” e “Caricaturas de Nelson Rodrigues”. Uma mostra de pintura sobre papel reciclado e exposições (das artistas Mariana Jácomo e Rossana Jardim, de reproduções fotográficas da Família Real Portuguesa e de trabalhos de Hermê Perillo) também marcaram presença.

As ações de 2004 incluíram a restauração do prédio, a aquisição de equipamentos para otimizar a promoção e a proteção do acervo, uma pesquisa sobre a distribuição da propriedade escrava na década de 1870 e a exposição “Casarões de Silvânia”.

Em 2005, as obras de restauração do prédio do museu foram continuadas. Parte do Arquivo da Real Fazenda – Período Brasil Colonial foi higienizada e reorganizada. A restauração continuou em 2006, com a realização do projeto luminotécnico. O museu também desempenhou atividades como o atendimento a pesquisadores (da Polícia Civil e da AGEPEL) e o acompanhamento da gravação do programa de TV “Transporte Brasil”.

Museu de Biologia Prof. Mello Leitão – Santa Teresa/ES

Fundado em 1949 pelo naturalista Augusto Ruschi, o museu tem a missão de realizar pesquisas biológicas, coletar material zoológico e botânico, desenvolver a

educação ambiental e preservar a memória de seu criador. Além de controlar duas estações biológicas (Santa Lúcia e Caixa D'Água), reúne em seu acervo mais de 17 mil itens que atraem pesquisadores de todo o mundo. Uma de nossas prioridades tem sido a revitalização das unidades museológicas. Para isso, realizaram-se reparos emergenciais de instalações, adequação de espaços físicos e modernização de equipamentos.

O museu, que faz parte do projeto "Biodiversidade da mata atlântica do Espírito Santo", esteve presente na XIV Feira do Verde de Vitória, o maior evento educativo-ambiental do estado. Como reconhecimento ao trabalho de proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e conhecimento científico, recebeu o Prêmio Muriqui 2003, concedido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA). Conta, ainda, com um boletim de divulgação de trabalhos científicos realizados pelo museu e por pesquisadores de outras instituições.

Na parte de educação, foram realizados, entre outros, os projetos "Educação ambiental: uma forma de sobreviver", "Cinema BR" (com sessões para estudantes, grupos especiais e comunidade em geral no auditório) e "Escola viva II" (que ofereceu à comunidade visitas monitoradas à estação biológica Santa Lúcia).

Em 2003, as principais atividades foram a modernização de equipamentos, a adequação dos espaços físicos do setor de zoologia e do pavilhão de botânica, o aprimoramento técnico-científico de servidores, a ampliação do acervo bibliográfico, a manutenção das coleções biológicas (com tratamento técnico e conservação), a manutenção de móveis e equipamentos relacionados às coleções científicas, pesquisas e a ampliação do herbário. Na área de educação e cultura, tivemos a "Semana do meio ambiente", a "Gincana de educação ambiental" e o cineclube (apresentação de vídeo sobre o museu para público infanto-juvenil). Em 2003, o museu foi visitado por 130.232 pessoas.

Em 2004, foi realizada a conservação predial da estação

biológica Santa Lúcia e a capacitação de servidores, que participaram de cursos e eventos técnico-científicos). Trinta e dois projetos de pesquisa de diferentes instituições foram apoiados. Também foi promovido, no auditório, um seminário organizado pelo projeto "Corredores ecológicos". No setor de difusão e divulgação, entre projetos e atividades, ocorreu o curso de ilustração científica, os projetos "Cinema BR em movimento", "Escola viva II" e "Educação ambiental: uma forma de sobreviver". O Dia Internacional dos Museus foi comemorado com a inauguração da exposição fotográfica "Anfíbios do Espírito Santo". Já a celebração do 55º aniversário da fundação do MBML contou com exposição fotográfica sobre Augusto Ruschi e um público de 15 mil pessoas. O número total de visitantes em 2004 foi de 132.312.

Em 2005, deu-se continuidade à conservação predial e à modernização do mobiliário e dos equipamentos de informática. Os principais projetos foram: "Diversidade florística em florestas montanas e submontanas no estado do Espírito Santo", o apoio a atividades de pesquisa e educação ambiental, o lançamento da lista de espécies ameaçadas de extinção, a montagem de duas exposições fotográficas para o Dia Internacional dos Museus e a montagem da exposição temporária "Somos todos irmãos", além de apresentação teatral e visita monitorada à estação biológica Santa Lúcia, em comemoração à Semana do Meio Ambiente (com público de 2.854 pessoas, das quais 1.138 alunos de escolas de educação infantil e ensino fundamental). O número total de visitantes em 2005 foi de 140.901.

A conservação das coleções científicas e a disseminação de informações foram algumas das ações desenvolvidas em 2006. Além disso, foram apoiadas atividades de pesquisa, difusão científica e educação ambiental com a ampliação das ações na área educativa, a melhoria no sistema de comunicação interna por meio da produção de material de divulgação (elaboração da *homepage* do museu) e a consolidação da instituição como pólo de

educação ambiental no estado. No primeiro semestre de 2006, o museu foi visitado por 16.715 pessoas.

Museu Casa Coronel Joaquim Lacerda – Lapa/PR

A Casa Lacerda foi construída entre 1842 e 1845 por Manoel José Correia de Lacerda, pai do coronel Joaquim Rezende Correia de Lacerda, um dos heróis da Resistência da Lapa durante a Revolução Federalista (1893). A rendição da cidade, episódio importante para a consolidação da República, foi assinada lá.

Em 2003, ano em que foram recebidos 12.149 visitantes, foi feita a identificação dos documentos do Arquivo Francisco Brito de Lacerda.

Em 2004, o acervo foi conservado e restaurado. Entre os exemplos dessas ações destacam-se o restauro do mobiliário do antigo armazém da cidade, recebido em doação, e a restauração de uma antiga mesa de futebol de botão da família Lacerda, também doada à instituição. A conservação preventiva da documentação Francisco Brito de Lacerda (seleção, higienização, tratamento técnico, acondicionamento, identificação, numeração e digitalização) e a implementação e dinamização do museu, que recebeu 12.313 visitantes durante o ano, também foram realizadas.

Em 2005, além de oferecer as palestras "Patrimônio histórico – Sujeitos históricos" e "Patrimônio", o museu instalou sua nova aparelhagem de alarme de segurança. Uma nova máquina de alta pressão para limpeza e conservação da área externa e aparelhagem de som, vídeo, TV e DVD foram as aquisições do período.

Em 2006, a compra de equipamentos e mobiliário de suporte para atividades culturais, a contratação de serviços e a aquisição de materiais para implementação de exposições de longa duração modernizaram a instituição. Também foram realizados seminários (como "Edifícios que abrigam coleções"), oficinas (de tecelagem artesanal e de tintas naturais), palestras sobre temas regionais (visando à dinamização do museu e ao estreitamento do contato com a comunidade) e apresentações musicais.

Museu Casa da Hera – Vassouras/RJ

A Casa da Hera foi erguida na primeira metade do século XIX para a família de Joaquim José Teixeira Leite. Ao morrer, em 1930, sua filha mais nova, Eufrásia Teixeira Leite, doou a entidades filantrópicas todos os seus bens (entre eles, a própria construção, tombada como patrimônio nacional em 1952). Dez anos mais tarde, a casa foi incorporada, em caráter permanente, ao patrimônio do IPHAN. Além de mobiliário, quadros e objetos de uso doméstico, o acervo inclui uma vasta biblioteca e uma importante coleção de trajes de origem francesa.

Em 2003, o museu recebeu 9.089 visitantes. Na área de documentação e identificação, realizou as pesquisas "História do século XIX" e "História do Segundo Reinado". Na área de proteção, foram implementados os projetos de conservação do mobiliário, da biblioteca e do imóvel. Entre as ações de promoção, destaque para a exposição da indumentária feminina e para a exposição periódica "Em foco". O projeto "Música no museu" complementou a reintegração da sala de música, enquanto o "Música pelos visitantes" permitiu que os frequentadores tocassem e ouvissem música no piano restaurado. O atendimento especial às escolas criou condições de maior permanência de alunos no espaço histórico.

Em 2004, o museu realizou a conservação de seus instrumentos de precisão e adquiriu expositores para indumentária feminina. Foi visitado por 9.019 pessoas. Em 2005, foi dada continuidade ao atendimento especial às escolas e às exposições montadas em 2003 e 2004, com um total de 6.918 visitantes.

Em 2006, foi dado prosseguimento à ação de conservação do mobiliário e foi realizada a revisão das fichas do acervo móvel e o fichamento do acervo bibliográfico. O projeto de atendimento especial recebeu 502 alunos de 11 escolas.

Museu Casa de Benjamim Constant – Rio de Janeiro/RJ

Criado em 1982, tem como objetivo reconstituir o ambiente familiar e o contexto sociocultural em que viveu

uma das figuras de maior destaque da história republicana do país, Benjamin Constant.

Os anos entre 2003 e 2006 foram de intensas atividades no museu, como se verá a seguir:

RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

2003 – Revisão do telhado e das calhas e troca do papel de parede da exposição de longa duração.

2004 – Revisão e adequação das instalações elétricas e do quadro de luz.

2005 – Desenvolvimento de projeto de engenharia para recuperação e drenagem do muro de arrimo da Ladeira do Castro.

2006 – Recuperação do guarda-corpo das varandas da casa principal.

RECUPERAÇÃO DO PARQUE

Desde 1999, a equipe do museu e a equipe de jardinagem terceirizada realizam melhorias como tratamento fitossanitário, controle de pragas, limpeza, poda de árvores, manutenção dos acessos, replantio de mudas, remoção e transformação de resíduos orgânicos em adubo e manutenção dos canteiros.

2003 – Colocação de grades de proteção no platô superior.

2004 – Revisão e recuperação das galerias de águas pluviais e identificação dos espécimes botânicos.

2006 – Desenvolvimento de projeto paisagístico e recuperação das grades do parque.

CONSTRUÇÃO DO ANEXO

2006 – Desenvolvimento de projeto arquitetônico para a construção de um anexo e do projeto paisagístico para o parque, visando a dotar o museu da infra-estrutura necessária a ações educativas, de difusão do acervo e de lazer.

IDENTIFICAÇÃO, INVENTÁRIO E CONSERVAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO, BIBLIOGRÁFICO E MUSEOLÓGICO

2004 – Inventário do Fundo Família Benjamin Constant, digitalização e organização física do arquivo, inventário topográfico da documentação, implementação do plano de retirada da coleção em caso de sinistro. Identificação, seleção e organização, por ordem cronológica, de recortes de jornais do coronel Pery Constant Bevilaqua. Levantamento genealógico da família Benjamin Constant. Digitalização, conservação e reprodução do acervo fotográfico do Fundo Pery Constant Bevilaqua. Aquisição de equipamentos e atualização do banco de dados. Revisão da catalogação e inventário do acervo museológico.

RESTAURAÇÃO DO ACERVO

2004 – Restauração do acervo da exposição permanente (vaso em porcelana e escarradeira, encostos e assentos em palhinha do mobiliário, encostos em couro lavrado de mobiliário). Treinamento de funcionário na execução de pequenos reparos em documentos. Restauração do núcleo de documentos que formam a correspondência de Benjamin Constant na época de sua participação na Guerra do Paraguai. Aquisição de equipamento para monitoramento e controle ambiental.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS E EQUIPE TERCEIRIZADA

2003 – Construção de vestiário para funcionários terceirizados.

2005 – Aquisição de mobiliário para funcionários e para o vestiário da equipe terceirizada. Compra de ferramentas para a manutenção do bem tombado. Aquisição de equipamentos para a copa do museu. Aquisição de equipamento de informática.

MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS DE ATENDIMENTO AOS VISITANTES:

2003 – Reforma dos sanitários.

2005 – Aquisição e instalação de bebedouro.

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

2003— Aumento do muro da divisa do museu com a Rua do Triunfo.

2005 — Aquisição e instalação de sistema de detecção de fumaça e de sensores de presença na casa principal. Recuperação das grades do muro da Rua Monte Alegre.

PESQUISA E ATENDIMENTO A PESQUISADORES

2003 — Pesquisa sobre as atividades do general Pery Constant Bevilaqua em tribunal, para subsidiar o trabalho de organização do arquivo.

2004 — Seleção e transcrição de documentos para a publicação de "Justiça fardada", de Renato Lemos (IFCS/UFRJ). Transcrição, pesquisa de documentos e recortes de jornais para a publicação de "Diários de Bernardina", de Celso Castro.

2005 — Pesquisa de imagens para o vídeo "A formação da medicina brasileira e suas relações com a medicina francesa", apresentado na exposição "Médecine, science et santé dans les rapports Brésil-France", realizada pela Fundação Oswaldo Cruz no Musée de Médecine du Val-de-Grâce, em Paris, entre 9 de janeiro e 11 de dezembro de 2005. Pesquisa para o documentário "Ordem e progresso", desenvolvido pela Maison d'Auguste Comte, em Paris, sobre a influência da filosofia positivista no Brasil.

Museu Casa Solar Monjardim – Vitória/ES

A antiga sede da Fazenda Jucutuquara, que pertenceu ao Barão de Monjardim, foi tombada em 1940. A partir dos anos 1970, o imóvel e seu acervo, originalmente pertencente ao Museu Capixaba, passaram a ser administrados pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Em 2001, o IPHAN assumiu a administração da instituição.

Atualmente, as principais ações realizadas são o tratamento paisagístico da chácara, a elaboração dos projetos emergenciais e as visitas guiadas para grupos especiais e estudantes do ensino fundamental e médio.

Merecem destaque especial as ações realizadas pela 21ª

Superintendência Regional do IPHAN em outros espaços museológicos do Espírito Santo, tais como o Espaço Cultural Reis Magos, o Espaço de Exposições Capela Santa Luzia e o Museu de São Benedito do Rosário.

Museus Castro Maya – Rio de Janeiro/RJ

Em 1962, Raymundo Ottoni de Castro Maya criou uma fundação para preservar e dinamizar seu patrimônio artístico. Dezenove anos depois, o acervo de mais de 30 mil itens (peças de mobiliário luso-brasileiro, prataria, cristais, tapetes, coleção de arte oriental, objetos de arte popular e pinturas, desenhos e gravuras de artistas como Portinari, Di Cavalcanti, Pancetti, Iberê Camargo e Antonio Bandeira) foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória e, posteriormente, ao IPHAN. Os Museus Castro Maya compreendem o Museu Chácara do Céu, em Santa Teresa, e o Museu do Açude, na Floresta da Tijuca.

Entre os eventos realizados no período 2003-2006, destacam-se a elaboração do projeto luminotécnico,



Maquete do anexo e do novo acesso do Museu Chácara do Céu

a reconstituição do jardim de inverno, a modernização museográfica da Chácara do Céu, os estágios em restauração de papel e de azulejos e o "V Simpósio de história da religião". Exposições como "Os amigos da gravura" (2003/2004) e "Castro Maya, colecionador de Portinari" também merecem ser citadas, assim como os seminários "Encontro latino-americano de casas-museu", "Museus e exposições no século XXI: vetores e desafios contemporâneos" e o "XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte". Sem falar no brunch cultural, realizado no último domingo de cada mês na Chácara do Céu.

Outras atividades desenvolvidas foram a criação do website dos Museus Castro Maya, a publicação do livro "Castro Maya: colecionador de Debret" e a instalação da mostra de arte popular brasileira, além do lançamento do filme "O olhar de Castro Maya", em 2004.

"O Departamento de Museus do IPHAN conseguiu integrar os mais de dois mil museus em atividade hoje no Brasil em uma política sistêmica, de tal modo que, atendendo a essa série de museus, surgem, inclusive, editais para financiamento de guarda e manutenção de acervos conjuntos. Ano Nacional dos Museus, 2006 foi de grande relevância a articulação de todas essas iniciativas. No que diz respeito à integração entre pontos de cultura e museus, o Programa Cultura Viva tem várias experiências bem-sucedidas. Entre elas, destaca-se o Museu da Maré, que resgata a ação de uma comunidade e rompe com a idéia de que museu é sinônimo de algo velho, acabado, fossilizado, bem preservado, mas sem uma integração direta com a vida. Museu de comunidade e construído em favela, o ponto de cultura Museu da Maré demonstra que o patrimônio é o alicerce fundamental para nos projetarmos para o futuro."

Célio Turino – Secretário de Programas e Projetos Culturais, coordenador do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura

Outras atividades desenvolvidas foram a criação do website dos Museus Castro Maya, a publicação do livro "Castro Maya: colecionador de Debret" e a instalação a mostra de arte popular brasileira, além do lançamento do filme "O olhar de Castro Maya", em 2004.

Os projetos "Paixão de ler", "Profissionalizando o futuro" e "Arte educando" são os destaques entre as ações educativas.

A seguir, uma lista dos projetos levados a cabo pelos Museus Castro Maya entre 2003 e 2006.

2003

- Projeto luminotécnico da Chácara do Céu.
- Reconstituição do Jardim de Inverno da Chácara do Céu.
- Reestruturação do Museu do Açude.
- Incorporação da dimensão histórica da sua coleção de arte, oferecendo ao público uma leitura mais nítida e museologicamente mais dinâmica e atraente do patrimônio artístico do Museu do Açude.
- Confecção de vitrine para exibição permanente de peças de cerâmica da coleção de arte popular brasileira, inaugurada com peças de Mestre Vitalino existentes no acervo da Chácara do Céu.
- Publicação dos volumes "Castro Maya: colecionador de Debret" e "Castro Maya: colecionador de Portinari" (o lançamento desses livros foi acompanhado de mostras realizadas com obras do próprio acervo).
- Implementação do novo website.
- Desenvolvimento da área educativa, que registrou um aumento de mais de 100% no número de escolares visitantes.
- Realização do projeto "Construindo elos" (programa de visitas escolares ao Museu do Açude que une arte, ciência e meio ambiente).
- Difusão cultural: brunch no Museu do Açude, evento mensal que mistura música de qualidade e gastronomia requintada.

Ainda em 2003, a coordenação dos Museus Castro Maya produziu vários trabalhos na área de museologia:

- Conservação preventiva e restauração das obras do acervo.
- Processamento técnico do arquivo histórico (identificação e organização de documentos e fotos, confecção de embalagens em papel neutro para material arquivístico, revisão dos dados catalográficos das obras, aprimoramento do estudo sobre o acervo, trabalhos de conservação dos bens culturais em exposição e tomada das medidas necessárias à movimentação segura do acervo entre os museus da Chácara do Céu e do Açude)
- Análise da obra gráfica de Portinari nos livros "O alienista", "Memórias póstumas de Brás Cubas" (Machado de Assis) e "Menino de engenho" (José Lins do Rego), com a identificação das ilustrações e o cruzamento de informações com obras existentes no acervo museológico.

2004

- Primeira fase da requalificação da exposição permanente do Museu da Chácara do Céu, que compreendeu um conjunto de ações para recuperar e modernizar seus sistemas expositivos.
- Ações educativas: confecção de material educativo a ser utilizado nas visitas guiadas à coleção de arte popular (que completou a série "As coleções de Raymundo") e contratação de transporte para trazer escolas da rede pública ao museu em visitas orientadas, com a realização de atividades educativas. (Ao todo, 546 estudantes e 52 acompanhantes visitaram o museu.)
- Desenvolvimento, produção e lançamento do curta-metragem "O olhar de Castro Maya", realizado a partir de imagens em 16mm registradas pelo próprio Castro Maya entre 1930 e 1950, com direção de Silvio Tendler e trilha sonora de Guinga. Esta realização foi possível graças ao apoio da Cinemateca Brasileira.
- Nova edição do projeto "Os amigos da gravura", que traz a arte contemporânea para o museu, incentiva a produção artística e contribui para a formação do público.

- Processamento técnico do acervo museológico (com vistas a preparar os elementos básicos para a instalação de um banco de dados mais abrangente). Outras ações: conservação do acervo museológico, pesquisa museológica e bibliográfica, projeto de conservação preventiva e de restauração, identificação e acondicionamento da coleção de desenhos arquitetônicos.
- Ainda em 2004, os Museus Castro Maya receberam do governo do Estado do Rio de Janeiro o Prêmio Estácio de Sá pela excelência do projeto "Espaço de instalações permanentes do Museu do Açude".

2005

Em 2005, foram montadas várias exposições. "Segredos da Biblioteca Castro Maya: erotismo e arte" foi importante para a divulgação do acervo. Nelson Lerner montou "Concerto hilariante", seguida da exposição de longa duração "Retratos de Raymundo". Integrado ao movimento de revitalização do Museu do Açude, deu-se continuidade à consolidação do Espaço de Instalações Permanentes, que conta com obras de artistas plásticos renomados. No mesmo ano, a coordenação de acervos teve a área museológica como preocupação principal, concentrando seus esforços na automação do acervo, com a implantação do banco de dados. Esse sistema, que vem sendo adotado por vários museus brasileiros, substitui o processo catalográfico tradicional, estimulando a efetiva utilização de estudos e pesquisas do acervo. Na área de conservação e restauração, foram restauradas 30 obras da coleção de louças do Porto e foi inaugurada uma reserva técnica destinada à guarda de móveis e objetos de cerâmica.

2006

Em 2006, os museus Castro Maya foram palco do projeto "Encontro de colecionadores"; da exposição de arte abstrata das coleções Sattamini e Castro Maya, visitada por cerca de três mil pessoas entre 17 de maio e 14 de agosto; da exposição de obras de Abraham

Palatnik; e do “Circuito Sesc-Rio/Museus Castro Maya – Os amigos da gravura”, que leva cidadãos sem acesso a espaços culturais a terem contato direto com obras de arte por meio de uma exposição que percorre as unidades do Sesc no Estado do Rio.

O projeto de automação do acervo museológico recebeu a inserção de dados referentes a cerca de 11 mil itens. Parte das coleções de cerâmica popular e carajá foi restaurada, enquanto era levada adiante a segunda etapa da restauração das louças do Porto. Recursos liberados pelo IPHAN permitiram a aquisição de equipamentos de informática e a instalação de um laboratório de conservação de obras sobre papel.

Museu do Diamante – Diamantina/MG

Instalado num modelo de referência da arquitetura civil do século XVIII, o Museu do Diamante funciona onde um dia foi a residência do padre Rolim. Na década de 1940, o imóvel foi desapropriado pela União e tornou-se propriedade do IPHAN. A instalação do museu teve início em 1950, quando o prédio foi tombado.

Sua principal finalidade é recolher, classificar, conservar e expor elementos característicos de jazidas, formações e espécies de diamantes brasileiros, abordando também seu desenvolvimento e a influência na economia do país. O acervo, de natureza museológica e fotográfica, conta com 1.675 itens dos séculos XVIII e XIX (pinturas, esculturas, desenhos, cédulas, moedas, acessórios de interior, mobiliário, equipamentos, utensílios domésticos e de iluminação). A exposição de longa duração reúne objetos relacionados à extração de diamantes e ao contexto social minerador, como ferramentas de mineração, armaria e instrumentos de tortura de escravos.

O acervo museológico é composto de acessórios de armaria, armas, equipamento de defesa, construções artísticas, estampas, pinturas, esculturas, objetos pecuniários, acessórios de interior, instrumentos musicais, maquinaria, objetos (cerimoniais, comemorativos, de culto e funerário), indumentária, artigos de tabagismo,

objetos de devoção pessoal, instrumentos de penitência e castigo. O acervo fotográfico é composto de fotografias de personalidades, ruas, casas e monumentos da cidade, além de registros da mineração e do garimpo na região.

Em 2005, foi criada uma galeria para exposições temporárias e revisado o inventário do acervo do museu. O “Encontro do Patrimônio em Diamantina: comunidade e museu” e as oficinas (“Conservação preventiva” e “Lugares de memória”) também merecem destaque, assim como as exposições “Semana Santa Maria Assunção Garimpeira e Santeira” e “Acervo fotográfico e documentos de Antônio Torres”.

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro/RJ

Fundado em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência, o Museu Histórico Nacional ocupa um conjunto arquitetônico de grande relevância histórica para a cidade do Rio de Janeiro. Seu acervo é composto por peças históricas e artísticas, documentos manuscritos e iconográficos, mobiliário, porcelanas, pratarias, arte sacra, ourivesaria e marfins religiosos, além de publicações e obras raras, totalizando 300 mil itens. O circuito de mostras permanentes tem aproximadamente 8.500 m².

As obras de modernização trouxeram mudanças para as áreas de exibição: foram desativadas as galerias das exposições de longa duração “Artes decorativas” e “Idéias e imagens do Divino”. Em setembro de 2004, foi inaugurada uma grande galeria de recepção, que passou a abrigar a mostra “De fortaleza a museu da História nacional”, um primeiro olhar sobre a história das edificações e das coleções do museu. No total, foram oferecidas 16 exposições de longa duração em 2004, disponibilizando ao público cerca de três mil peças.

Além de oferecer exposições e serviços, o museu tem uma participação ativa na área de educação e desenvolvimento social. Projetos como “Espaço museu – Construção do saber”, “Descobrimos o museu”, “Sala

da descoberta” e “Fetranspor” beneficiaram mais de oito mil pessoas.

Em 2003, iniciou-se uma intervenção de grande porte na prumada onde se erguia a antiga Fortaleza de Santiago, dando início à ampliação do espaço físico ocupado pelo arquivo institucional e pelo protocolo, que foram dotados de equipamentos modernos. A área aumentou de 100 m² para 200 m², possibilitando o armazenamento e, conseqüentemente, a salvaguarda de itens da maior importância. Nos anos de 2003 e 2004, o arquivo histórico e a biblioteca foram beneficiados com tratamento físico, aquisição de equipamentos e mudança do sistema de iluminação. A instalação de uma rampa de acesso facilitou a passagem entre o Arsenal Real e a Casa do Trem.

As obras da prumada foram finalizadas em 2004, quando o museu mostrou ao público os primeiros resultados do projeto de tratamento estrutural e modernização das edificações. Ainda nesse ano, foi iniciada a intervenção no pátio, que passou a se chamar Gustavo Barroso. Com isso, demos início a uma nova série de obras de enormes dimensões, que tinham entre suas finalidades devolver ao conjunto os traços característicos da arquitetura da época da inauguração do museu. Mais do que resgatar a feição original, as obras viabilizaram o tratamento e a recuperação da infra-estrutura atacada pelo tempo, incluindo a renovação dos sistemas elétrico, hidráulico e de águas pluviais. A segurança do arquivo histórico e da biblioteca foi reforçada com a instalação de câmeras. Um elevador para portadores de necessidades especiais e rampas, que propiciam mais conforto ao visitante, também foram instalados. É importante lembrar que o museu foi um dos primeiros no

Brasil a implantar o sistema de informações em braille em exposições de longa duração. Em março, com o objetivo de conhecer melhor as técnicas de fabricação, a procedência e a constituição das ligas metálicas de alguns itens do acervo, foi firmado um acordo de cooperação científica e tecnológica com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

No final de 2005, os espaços estavam disponíveis para circulação e apreciação do público. Ainda nesse ano foi viabilizado o tratamento das arcadas centenárias que contornam o Pátio Gustavo Barroso. Em novembro, na última fase das obras do Arsenal Real, no térreo, o Pátio Epitácio Pessoa (também conhecido como Pátio dos Canhões) entrou em obras. Uma antiga galeria no Pátio da Minerva, adaptada para servir como auditório na década de 1980, passou, pela primeira vez, por uma profunda reforma para atender às metas de implementação e diversificação de programação. O auditório teve um aumento considerável em sua capacidade (de 90 para 200 assentos) e recebeu aparelhagem eletrônica moderna, além de equipamentos para portadores de necessidades especiais. A reserva técnica também



Museu Histórico Nacional: hall de entrada do circuito de exposições

foi modernizada, possibilitando ao visitante visualizar parte de seu interior.

Ainda em 2005, a biblioteca ganhou novo mobiliário, incluindo uma mesa de higienização. Deu-se início à pesquisa de 35 moedas, das quais dez passaram por análise complementar no laboratório da PUC-Rio. Os resultados revelaram materiais preciosos e trouxeram um novo conceito teórico para a História brasileira. Outras 25 moedas foram encaminhadas para análise. Em 2006, a modernização das galerias incluiu um projeto para concentrar exposições de longa duração no segundo andar, liberando o térreo para as temporárias. O museu atualmente dispõe de 9.557,32 m² de área com acervo para visitação e/ou circulação. Com as obras na parte central do Arsenal Real, além do Pátio Gustavo Barroso, o museu ganhou uma galeria com a maior e mais importante coleção brasileira de meios de transporte produzidos entre os séculos XVIII e XX, todos restaurados e contextualizados. As obras do andar térreo do Arsenal Real foram finalizadas em 2006. Com as coleções devidamente acondicionadas, o espaço da reserva técnica pode, agora, oferecer melhores condições a estudiosos e pesquisadores. Suas coleções de estudo também podem ser “vistas” com as mãos por deficientes visuais em visitas especiais. Dando continuidade às pesquisas laboratoriais, uma equipe de físicos, químicos, especialistas em arqueometria, historiadores e museólogos está analisando cerca de cem itens do acervo. Entre as ações de comunicação, foram devolvidas ao público três magníficas galerias, agora com suporte multivídeo. Os estudos de reformulação do circuito levaram em conta a necessidade de complementar e organizar o discurso histórico e, ao mesmo tempo, facilitar a circulação para melhor atender ao público.

Desde 2003, o Museu Histórico Nacional vem renovando seu circuito de exposições de longa duração para atender à necessidade de complementação do discurso histórico e de atualização espacial. As exposições “Do móvel ao automóvel”, “Transitando pela

História”, Coleções de moedas – Uma outra história”, “A trajetória do Museu Histórico Nacional” e “Orere-tama” são exemplos desta nova postura.

Projetos educativos são realizados sistematicamente, bem como programas especiais para jovens e adultos menos privilegiados ou portadores de necessidades especiais. Nos projetos educativos, o museu se associa a secretarias de educação ou trata diretamente com escolas públicas e particulares do ensino elementar e médio. Nos programas de inclusão social, há mais de uma década o museu mantém parcerias com organizações não-governamentais e/ou órgãos públicos, para realizar atividades profissionalizantes ou lúdico-culturais.

Museu Imperial – Petrópolis/RJ

Construído em 1845, o palácio que abriga o Museu Imperial era a residência de verão de Dom Pedro II. Sua transformação em museu data de 1940. Encontram-se lá notáveis coleções de mobiliário, porcelanas, cristais, telas, bronzes, mármore, vestuários, jóias, prataria e medalhas dos monarcas brasileiros. Seu acervo bibliográfico é calculado em mais de 45 mil volumes e o acervo museológico tem cerca de 12 mil peças. Em 1999, esse acervo recebeu uma importante doação do empresário Paulo Geyer, composta por cinco mil itens e pelo casarão do século XVIII onde vivia, no Rio de Janeiro.

A cooperação técnica entre o museu e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) possibilitou a implantação do Programa de Artes Visuais, que prevê a realização, em Petrópolis, de exposições, seminários multidisciplinares, cursos e workshops com o objetivo de capacitar profissionais, formar novas platéias e ampliar o conhecimento do público freqüentador. Como resultado desse projeto, foram realizadas, em 2003, as exposições “Conexão Petrópolis” e “Via BR 040 – Longo trecho em auge”.

O museu também desempenha um importante papel educativo. A interação com a comunidade, por exemplo, é valorizada pelo programa “O museu é nosso”, que

concede gratuidade à população no último domingo de cada mês.

Nos últimos dois anos, verificou-se um progressivo incremento de público, possivelmente decorrente de inovações como a instalação de 75 audioguias (que oferecem informações em português e inglês) e a compra de ingressos via internet. Desde novembro de 2002 uma das principais atrações do museu é a apresentação semanal do espetáculo “Som e luz Petrópolis”, que utiliza efeitos de iluminação e som para contar um pouco da história de Dom Pedro II e momentos importantes do Segundo Reinado. Até julho de 2006, o espetáculo atraiu 101.813 espectadores, entre moradores da região e turistas de todos os estados do país. Entre janeiro de 2003 a agosto de 2006 foram atendidos 245.039 alunos.

Segue o resumo de algumas atividades realizadas pelo museu entre 2003 e 2006.

2003

Projeto “D. Ratão”: atividade destinada ao público da educação infantil na qual é apresentada uma peça de teatro de fantoches. O objetivo é incentivar a visita de crianças ao museu. O projeto foi realizado entre março e setembro, atendendo a 1.118 alunos.

Visitas orientadas: a atividade segue os princípios da educação patrimonial, visando ao atendimento de alunos e professores do ensino fundamental, médio e superior; profissionalizante, de educação especial e de alfabetização solidária. Contempla, ainda, ONGs, grupos da terceira-idade, escoteiros e instituições que desenvolvem projetos assistenciais. Realizado entre janeiro e dezembro, atendeu a 60.868 pessoas.

Projeto “Um sarau imperial”: atividade dramatizada desenvolvida para alunos da 4ª à 8ª série. Enfoca aspectos da vida no século XIX. Realizado entre abril e junho, atendeu a 464 alunos.

Comemoração do aniversário de Petrópolis: para alunos da 4ª série de escolas públicas e particulares de Petrópolis.

Trata de aspectos da cidade no século XIX com o recurso de fotografias do arquivo histórico do museu. Realizada em março e abril, com a participação de 346 alunos.

2004

Projeto “D. Ratão”: realizado entre março e dezembro. Atendimento: 1.339 alunos da Educação Infantil.

Visitas orientadas: realizadas entre janeiro e dezembro. Atendimento: 61.937 pessoas, entre alunos e professores do ensino fundamental, médio, superior e profissionalizante, EJA, ONGs etc.

Projeto “Um sarau imperial”: realizado entre março e novembro. Atendimento: 1.088 alunos da 4ª à 8ª série do ensino fundamental.

Solenidade cívica de hasteamento da Bandeira Nacional: realizada entre março e novembro. Participantes: 2.380 alunos de escolas municipais de Petrópolis.

Comemoração do aniversário de Petrópolis: realizada em março e abril, com a participação de 355 alunos da 4ª série do ensino fundamental.

Festival “O pão nosso de cada dia”: exposição sobre a história do pão com oficinas de pães e biscoitos realizada entre 25 de maio e 9 de junho. Participantes: 495 alunos da educação infantil à 2ª série do ensino fundamental.

2005

Projeto “D. Ratão”: realizado entre março e dezembro. Atendimento: 1.290 alunos da educação infantil.

Visitas orientadas: realizadas entre janeiro e dezembro. Atendimento: 55.809 pessoas, entre alunos e professores do ensino fundamental, médio, superior e profissionalizante, EJA, ONGs etc.

Projeto “Um sarau imperial”: realizado entre março e novembro. Atendimento: 766 alunos da 4ª à 8ª série do ensino fundamental.

Comemoração do aniversário de Petrópolis: realizada em março e abril. Participantes: 402 alunos da 4ª série. (Obs.: Houve queda acentuada na visitação nos meses de outubro, novembro e dezembro em função do

episódio da febre maculosa na cidade e de sua ampla divulgação pela mídia.)

2006

Projeto "D. Ratão": entre março e 25 de agosto. Atendimento: 731 alunos da Educação Infantil.

Visitas orientadas: realizadas entre janeiro e 25 de agosto. Atendimento: 27.365 pessoas, entre alunos e professores do ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante, EJA, ONGs etc.

Projeto "Um sarau imperial": realizado entre março e junho. Atendimento: 135 alunos da 4ª à 8ª série do ensino fundamental.

Comemoração do aniversário de Petrópolis: realizada em março e abril. Participantes: 818 alunos e professores da 4ª série.

Museu da Inconfidência – Ouro Preto/MG

Localizado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, o museu foi inaugurado em 1944 para preservar, pesquisar e divulgar objetos e documentos relacionados à Inconfidência Mineira. O acervo (com 61 mil itens, dos quais 40 mil arquivísticos) foi herdado, em grande parte, do Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira.

Em 2003, o acervo arquivístico recebeu tratamentos de preservação e conservação, melhorando as condições de acondicionamento e organização, bem como a qualidade do trabalho técnico e da pesquisa. Também foram restaurados e conservados os acervos bibliográfico e museológico.

Entre as exposições temporárias, destaque para "Instrumento musical", "Rex tremendae majestatis", "Maurino Araújo", "Retratos de Ouro Preto" e "Arte gráfica:



Museu da Inconfidência

desenhos e gravuras de Iberê Camargo”, que atraíram um público de mais de cinco mil pessoas.

Na área de difusão de acervo e promoção cultural, foram realizadas palestras e exibidos filmes e documentários. Inspirado pelo tema da Semana dos Museus (“Os museus e o patrimônio imaterial”), realizamos o workshop “O mundo cabe no Museu da Inconfidência”, visando a integrar os funcionários da instituição.

Realizamos diversas ações entre 2003 e 2006. No setor de musicologia, as principais atividades foram a catalogação e a microfilmagem do acervo de manuscritos musicais, a catalogação dos manuscritos das corporações de bandas de música de Ouro Preto, a transcrição de obras inéditas de compositores brasileiros do período colonial (acompanhadas de textos críticos) e pesquisas sobre a atividade musical em Minas Gerais.

Na seção de difusão do acervo e promoção cultural, as principais ações foram os projetos “Museu-escola”, “Ludomuseu”, “Inconfidências”, “Girassol” e “Arqueologia do afeto”. O projeto “Ludomuseu” propicia a grupos de diferentes faixas etárias, escolares ou não, a compreensão da dinâmica museológica. “Inconfidências” consiste em visitas à exposição permanente, apresentando o acervo e estabelecendo as leituras possíveis sobre o contexto de criação do museu e a sociedade que produziu os bens culturais ali presentes. “Museu-escola” trabalha com crianças da comunidade ouro-pretana. “Girassol” procura estreitar as relações da instituição com a comunidade, ampliando o seu público. “Arqueologia do afeto” busca entrelaçar as histórias pessoais dos participantes com os conceitos de patrimônio, memória e identidade.

No tocante a preservação, documentação e pesquisa, nossas principais atividades foram a microfilmagem de documentos, a redação, publicação e revisão do catálogo, a reformulação da exposição de longa duração, a atualização do acervo bibliográfico, a organização e a catalogação do Acervo Herculanó Gomes Mathias, a revisão da série “Inventários do Arquivo Histórico”

e a realização de visitas técnicas.

Na seção de documentação museológica, foram efetuadas atividades específicas, como a aquisição de acervo (34 objetos entre 2003 e 2006), sua documentação fotográfica e sua movimentação através de exposições temporárias (“Brinquedos e brincadeiras”, “Vitrine do dia”, “Ouro Preto e a Inspeção de Monumentos Nacionais” e “Dança das letras”).

Museu Lasar Segall – São Paulo/SP

Idealizado pela viúva de Lasar Segall, Jenny Klabin Segall, e criado em 1967 por seus filhos, Maurício Segall e Oscar Klabin Segall, o museu é uma associação civil sem fins lucrativos. Funciona na antiga residência e ateliê do artista plástico, projetada em 1932 pelo arquiteto de origem russa Gregori Warchavchik. Em 1985, foi incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória, integrando hoje o IPHAN como unidade especial.

Além do acervo museológico, o Museu Lasar Segall é um centro de atividades culturais com visitas monitoradas, cursos (de gravura, fotografia e criação literária) e projeção de filmes. Abriga, também, uma ampla biblioteca especializada em artes e fotografia.

Em 2003 e 2004, foram montadas dez exposições temporárias. Entre elas, “Oscar Klabin Segall – Imagem de um filho”, “A aventura modernista de Berta Sin-german: uma voz argentina no Brasil” e “O mandarim maravilhoso: o projeto cenográfico de Lasar Segall no Ballet do IV Centenário de São Paulo”, com público de aproximadamente oito mil pessoas.

Também foram oferecidos os cursos “Contistas urbanos – João Antônio e Rubem Fonseca” e “Grande Sertão Veredas – Leitura e reflexão”, além de um ciclo de leituras dramáticas, oficinas de criação literária e seminários. Na parte educativa, incluem-se os projetos “Museu-escola” e “Arte em família – Sábados no Museu Lasar Segall”. Uma das principais finalidades da instituição é conservar a obra de Lasar Segall através de exposições e da conservação de documentos sobre o artista. Exposições

itinerantes, pesquisas, estudos e publicações sobre Segall também estão na pauta. As dependências do museu, porém, estão abertas a exposições de outros autores, conferências, palestras e atividades literárias, audiovisuais e de artes plásticas.

Em 2003, o museu realizou, entre outras atividades, a documentação do acervo museológico, a criação da base de dados Lasar Segall e as exposições temporárias "Oscar Klabin Segall – Imagem de um filho" e "Sinais de vida, desenhos de Horst Hoheisel". Também foram implementadas visitas monitoradas para alunos do ensino básico, o projeto "Arte em família – Sábados no Museu Lasar Segall", o seminário internacional "Construindo políticas educacionais" e a avaliação da exposição de longa duração "Lasar Segall: construção e poética de uma obra".

Em 2004, fizemos a manutenção dos setores de criação literária, fotografia e gravura. Foram promovidas o intercâmbio de eventos museológicos e reforçado o projeto "Museu-escola" com a contratação temporária de educadores como prestadores de serviços. Ofereceu-se o ciclo de leituras dramáticas "Ato único" e uma oficina de criação literária, além de levar a cabo obras de infra-estrutura.

As principais ações de 2005 foram o plano diretor, as obras de infra-estrutura, a instalação de porta automática

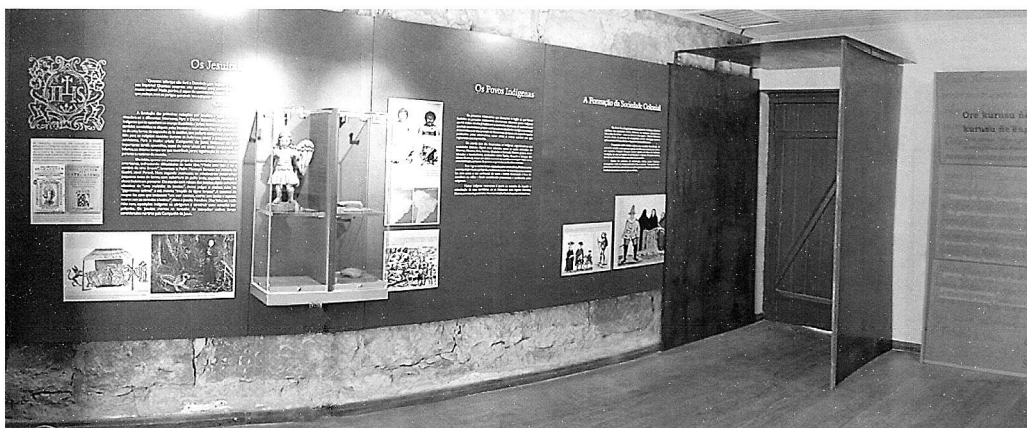
na sala de exposições temporárias, a manutenção da exposição de longa duração, a aquisição de equipamentos de informática e de mobiliário, as exposições temporárias do gravador alemão Gerhard Marcks e de Marina Caram, a capacitação de professores e a reprodução de itens do acervo (foram autorizadas a reprodução de imagens de 65 obras e de 39 fotografias).

Museu das Missões – São Miguel das Missões/RS

As primeiras ações de 2004 foram execuções de projetos previstos pelo escritório técnico no ano anterior. Placas de sinalização foram implantadas nas estruturas externas, complementando o projeto de interpretação do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo. A iluminação externa foi reavaliada, ganhando um novo projeto que foi parcialmente implantado. A conclusão e a execução das "Folhas didáticas", finalizando um processo iniciado na década de 1980, foi a principal ação educativa. Ao mesmo tempo, algumas ações previstas foram readequadas, dando início ao projeto de requalificação da exposição de longa duração, com dois objetivos principais: renovação discursiva e melhoria das condições de exposição e guarda do acervo.

Em 2005, foram restaurados os telhados do Pavilhão Lucio Costa e da sacristia. O escritório recebeu mo-

biliário novo e material de informática. Foram também adquiridos termohigrógrafos e um desumidificador para a futura reserva técnica, dando início ao plano de melhoria das condições de conservação da coleção de esculturas de madeira policromada. Comprou-se material adequado à higienização do acervo e treinados os responsáveis pela limpeza das peças, ao passo que o acervo museológico foi informatizado. Contratou-se uma pesquisa



Sala de exposição de longa duração do Museu das Missões

histórica para subsidiar o projeto de requalificação do museu, resultando na elaboração de três dossiês temáticos que viabilizarão exposições temporárias e atividades educativas.

Em 2006, contratou-se profissionais para executar a segunda etapa do projeto museográfico. O módulo "História e memória", localizado na Casa do Zelador, foi instalado entre 16 e 17 de setembro. O mesmo núcleo receberá também a reserva técnica e o escritório. Foi dado início ao estudo das coleções escultóricas, ligado ao programa de cooperação técnica estabelecido entre o IPHAN e o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico. Entre 9 e 11 de junho, foi realizado o seminário "Fronteiras do Brasil: patrimônio, memória e Território das Missões". Durante três dias, debateram-se os rumos dos estudos sobre Missões e patrimônio cultural.

Recentemente, iniciou-se a organização de uma parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisa em Arte Colonial (Lepac), vinculado ao Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto de extensão integrada o convênio já estabelecido entre o IPHAN e a UFRGS.

Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro/RJ

A história do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), primeiro museu de artes do país, remonta às peças que acompanharam D. João VI na travessia do Atlântico e à coleção de pinturas adquiridas por Joaquim Lebreton, chefe da Missão Artística Francesa que chegou ao

Brasil em 1816. Posteriormente, este acervo passou a compor a pinacoteca da Academia Imperial e de sua sucessora, a Escola Nacional de Belas Artes. Em 1937, todo o acervo passou a pertencer ao recém-criado MNBA. Atualmente, o museu conta com mais de 17.200 obras brasileiras e estrangeiras e com importantes acervos bibliográfico, arquivístico, fotográfico e videográfico. Fazem parte de sua pinacoteca obras de artistas como Victor Meirelles, Pedro Américo, Almeida Júnior, Eliseu Visconti, Portinari e Djanira, entre muitos outros. Além disso, merecem destaque as coleções do pintor francês Eugène Boudin e do holandês Frans Post.

Em 2003, como resultado de um convênio firmado entre o MinC e o IPHAN, foram iniciadas as obras de recuperação do edifício em que está sediado o museu, cujo estado de conservação era extremamente precário. A partir daí, teve início o processo de recuperação do MNBA, com obras de substituição e impermeabilização das coberturas do 3º pavimento, restauro das cúpulas norte e sul, tratamento e diagnóstico das águas pluviais,



Restauração do painel Bermudez no MNBA



Restauração dos trainéis da reserva técnica do MNBA

restauro da fachada principal, obras civis, recuperação dos sistemas elétrico e de segurança e aquisição de equipamentos de informática e *software*.

Paralelamente, contando com recursos da Fundação Vitae e do MinC, o museu deu início à ampliação e modernização da reserva técnica (climatização e aquisição de equipamentos e mobiliários). Todos os objetos e equipamentos (trainéis, mapotecas e estantes) foram levados para outros espaços. Nesta etapa, as pinturas foram higienizadas e receberam um diagnóstico de seu estado de conservação. Aproveitando o momento de reformulação e com a intenção de otimizar todas as ações, o DEMU financiou a revisão do inventário, o processamento técnico do acervo e a aquisição de material para a reserva técnica.

Em 2005, o MNBA foi contemplado pela Fundação Vitae, com o patrocínio do projeto "Transformação tecnológica da base de dados do MNBA", cuja implementação permitiu o atendimento a diversas instituições culturais que se interessaram pelo programa "Donato" (um gerenciador de banco de dados de acervos museológicos que fornece informações e realiza análises para

checar a compatibilidade da ficha catalográfica com a tipologia de acervo de cada instituição solicitante).

Apesar de todas as transformações ocorridas nestes anos, as atividades educativas e expositivas não sofreram interrupção. Foram realizadas oficinas, seminários e o Curso de História e Crítica da Arte, que teve como parceiros professores da UFRJ, da PUC e da UniRio. Preocupado em manter o diálogo constante com seu público, o MNBA

realizou diversas exposições temporárias com peças de seu acervo e de outras instituições. Além disso, emprestou obras para exposições nacionais e estrangeiras.

O MNBA considera de suma importância o estabelecimento de uma relação direta com artistas contemporâneos. Foi com este intuito que criou-se o projeto "O museu é seu", em que artistas dialogam com os curadores da instituição, analisando sua produção e a relação desta com a produção pertencente ao MNBA.

Todas essas ações, que mudaram rapidamente a visibilidade externa do museu, podem ser mensuradas pelo grande número e pela qualidade das doações que a instituição recebeu de artistas e colecionadores.

Museu do Ouro – Sabará/MG

Desde a década de 1940, o Museu do Ouro está instalado na Casa Borba Gato, construída no século XVIII. Além do acervo documental, conta com uma biblioteca de 4.543 títulos, entre os quais se inclui uma coleção de obras raras com edições do século XVII, e livros sobre arquitetura e História.

O museu desenvolveu ações de conservação e restauração do imóvel e de atendimento ao público. Realizou

o inventário de restauração do acervo museológico e ofereceu uma oficina de confecção de palmas portuguesas. Nos últimos dois anos, vem concentrando esforços em seu processo de revitalização e na maior interação com a comunidade.

Museu do Palácio Rio Negro – Petrópolis/RJ

O Conjunto Arquitetônico Rio Negro, em Petrópolis, tombado pelo Decreto Lei 25/37, é composto por nove edificações, das quais as mais significativas são o Palácio Rio Negro e seu principal anexo, o Palacete Raul de Carvalho.

Durante mais de dez anos o conjunto esteve sob a administração da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Constatado seu precário estado de conservação, porém, foi devolvido à União por determinação da Justiça Federal. Em novembro de 2005, o conjunto passou à tutela do IPHAN, que teve a posse efetiva em janeiro de 2006. A Prefeitura foi obrigada a realizar obras emergenciais.

As obras, porém, só foram iniciadas em junho deste ano, o que fez com que o Palácio Rio Negro e as demais edificações permanecessem fechadas em 2006. Estima-se para março de 2007 sua reabertura ao público.

Assim, as atividades realizadas entre janeiro e outubro de 2006 foram reparos emergenciais (em um muro de alvenaria e em três portões de ferro) e contratação de serviços de limpeza, jardinagem e vigilância.

Museu Regional Casa dos Ottoni/MG

O Museu Regional Casa dos Ottoni ocupa uma construção do século XVIII. Sua origem histórica está ligada aos Ottoni, descendentes de um ramo da família do bandeirante paulista Fernão Dias Paes Leme. O acervo é formado, principalmente, por imagens de arte católica (como as imagens de roca que saíam na Procissão de Cinzas e as que pertenceram à demolida igreja de Nossa Senhora da Purificação) e por um arquivo de documentos que remontam ao século XVIII. Entre as ações desenvolvidas pela instituição, estão o inventário

do acervo museológico, a oficina de educação patrimonial, o atendimento ao público e a conservação do imóvel e do acervo museológico.

No primeiro semestre de 2003, além das atividades rotineiras de manutenção, atendimento aos visitantes e exposição do acervo, foram iniciadas obras de conservação das estruturas arquitetônicas e a melhoria das instalações. No segundo semestre, o museu foi fechado para novas obras de manutenção e restauro. No final do ano, com a reforma concluída, o acervo foi recolocado segundo o posicionamento determinado no mapeamento das peças realizado no semestre anterior. Em dezembro, o museu retomou suas atividades.

No primeiro semestre de 2004, deu-se continuidade às obras de conservação e manutenção. No segundo semestre, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo passou por obras de restauração e teve seu acervo transferido para as instalações do museu, onde foram limpas e acondicionadas. As peças continuam sob a guarda do museu, apesar da conclusão das obras. No final do ano, foi iniciada a elaboração do inventário do acervo, com a contratação de um museólogo por meio da 13ª Superintendência Regional do IPHAN.

No primeiro semestre de 2005, foram finalizados o inventário e o registro fotográfico do acervo. No segundo semestre, mantiveram-se as atividades rotineiras.

No primeiro semestre de 2006, uma imagem de vestir de Nossa Senhora da Conceição foi liberada para restauração pelos alunos do 16º Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes (Cecor).

Museu Regional de São João Del Rei – São João Del Rei/MG

O Museu Regional de São João Del Rei ocupa uma imponente edificação, cujo processo de tombamento teve início na década de 1940, após a construção ter sido parcialmente demolida para ser transformada em hotel. A aquisição do acervo começou em 1954, ano em que se

concluiu a restauração do prédio. O núcleo arquivístico desenvolveu-se a partir da transferência de documentos cartoriais dos séculos XVIII e XIX, pertencentes à antiga Comarca do Rio das Mortes, para o museu.

Em 2003, foram realizadas as exposições temporárias “Mauro Fainguerlemt” (esculturas) e “História do Museu Regional de São João Del Rei” (fotografias), assim como uma mostra de trabalhos natalinos. Ainda naquele ano, as obras da primeira fase do projeto de revitalização foram concluídas e foi inaugurada a Sala de Exposições Temporárias Ariadne B. de Souza Motta. O arquivo histórico atendeu a 1.550 pesquisas, enquanto a exposição de longa duração recebeu 2.022 visitantes.

No ano seguinte, apresentações musicais, palestras e espetáculos de artes cênicas agitaram o museu, que acolheu as exposições “Testemunhos da presença portuguesa em Minas & fragmentos”, “A arte das mãos”, “Populações afro-descendentes e cidadania”, “Eu também sei fazer”, “São João Del Rei: ares de antanho”, “O arquivo histórico e a história de todos nós”

“Em outras palavras, quando falo nesses indicadores pretéritos para uma visão projetiva do Brasil incluo muito a importância da presença física e simbólica dos objetos. O valor da impregnação que esse objeto pode trazer e transmitir a gerações novas. Como um ímã em campo magnético, o objeto museológico transmite, além da sua beleza, além da sua conformação física, além do material de que foi feito, além de tudo isso, a impregnação do conteúdo anímico, o que faz com que esse objeto seja simbólico e por isso importante na transmissão do que contém. A ideia de que é a base patrimonial da cultura brasileira que comanda a presença do Estado no cuidado do bem cultural é para mim fundamental.”

Aloísio Magalhães

e “Um olhar Mineiro”. No período, 1.400 pesquisas foram atendidas.

Mais de duas mil pessoas visitaram a exposição de longa duração em 2005, quando foram realizadas as mostras temporárias “Santeiros da terra II” e “Retrato falado: imagens culturais através dos documentos históricos”. O número de pesquisas atendidas chegou a 1.850.

O ano de 2006 trouxe o lançamento do livro “Introdução ao barroco mineiro” e as exposições “Santeiros da terra III” e “Desenho e cor – Bico de pena”. Mais de 850 pesquisas foram atendidas, enquanto investimentos na infra-estrutura permitiram iniciar a instalação de um sistema de alarme e de um circuito fechado de microcâmeras, além de viabilizar a aquisição de equipamentos de informática. Atendendo ao convite de alunos e professores do curso de História da UFSJ, a equipe do museu visitou o LABDOC, a fim de conhecer o trabalho realizado pela instituição. Muitos alunos manifestaram interesse por estágios não-remunerados, trabalho que deverá ser orientado pelo museu de acordo com o modelo de contrato usado pelo IPHAN.

Museu da República – Rio de Janeiro/RJ

Conhecido como Palácio do Catete, o edifício que abriga o Museu da República foi construído em meados do século XIX pelo Barão de Nova Friburgo. Mais tarde, foi adquirido pelo Governo Federal para sediar a Presidência da República. Em 1960, logo após a transferência da capital para Brasília – e quando já haviam passado por lá 18 presidentes – tornou-se sede do museu, cujo foco é a história republicana.

Além de exposições de curta e longa duração, o museu oferece ao público diversas atividades educativas e culturais. Dispõe de um grande parque e de teatro, livraria, cineclube, brinquedoteca e loja de design. Entre os eventos realizados, destacam-se a peça “Boca de Ouro”, o espetáculo musical “República do samba” e a feira cultural de fotografia.

Em 2003 e 2004 foram concluídos projetos como o do

Centro de Referência da História Republicana Brasileira, “Pílulas históricas” e “Telecentros de pesquisa”, com o patrocínio da Petrobras. Foram produzidos, ainda, um CD-Rom sobre a cronologia republicana e um conjunto de fitas de videocassete sobre a história da República. Em novembro de 2003, numa parceria com o Museu do Folclore Edison Carneiro, o Museu do Índio, o Museu Histórico Nacional e o Arquivo Nacional, foi criado o “Programa de cultura republicana e brasilidade”. Em 2004, por meio desse projeto, foram organizados dois eixos temáticos: “Retratos do Brasil” e “Getúlio Vargas – 50 anos depois”, com exposições temporárias dentro e fora da instituição.

Atualmente, estão em processamento ações de conservação dos acervos fotográfico e histórico, além da implantação do laboratório de restauração de documentos em papel. A galeria do palácio também foi reformulada; nela foram realizadas exposições como “Rodrigues Alves e a reforma da capital” e “O Pasquim 21”, que levaram cerca de três mil visitantes ao museu. A integração com a comunidade foi dinamizada por ações de caráter educativo, entre as quais destacam-se o projeto “Educação e trabalho”, as colônias de férias com o Grupo Tear e o programa “Museu-escola”.

O ano de 2003 caracterizou-se pela reestruturação administrativa, pelo desenho de novos projetos institucionais sintonizados com a política cultural do MinC, pelo redimensionamento da ocupação espacial do museu e pela recomposição parcial da equipe. Além desses desafios, alguns projetos e atividades de anos anteriores receberam novas orientações e novo vigor. Entre os programas, projetos e ações destacam-se o “Programa de cultura republicana e brasilidade”, a manutenção de exposições de longa duração, a realização de exposições temporárias (como a mostra de obras de José Tannuri, “O Pasquim 21” e “Bandeiras do Brasil”) e itinerantes (“Memórias em preto-e-branco: JK no fotojornalismo”, “Pereira Passos”, “A República e os presidentes”, “O brasileiro Darcy Ribeiro” e “A Cons-

tituição e a participação popular”). Entre as atividades na área de conservação e restauração, podemos citar a recuperação de parte da pintura mural do Salão Ministerial, a marcação do mobiliário em reserva técnica e a reorganização e limpeza do laboratório de restauração. Ocorreram, ainda, os eventos “República do samba”, “Psicine”, “Sexta básica”, “Anime” e “Maracatu”, entre outros.

Em 2004, o museu promoveu as exposições temporárias “Bota o retrato do Velho – Retratos do poder – O poder dos retratos” e “Getúlio, presidente do Brasil”. No arquivo histórico, foram organizadas as séries “Produção intelectual”, “Documentos complementares” e “Documentos pessoais”, do Arquivo Nilo Peçanha. Também foram organizados o inventário sumário e o índice onomástico. No setor de ação e difusão pedagógica, foi realizado o projeto “Educação e trabalho”, além do encontro de professores, das visitas escolares e do “Museu-escola”. Houve também a participação de cinco artistas na exposição “Getúlio, presidente do Brasil”, além de mesas redondas, concertos, mostras de vídeos, seminários, conferências e jornadas.

Cerca de 70 mil pessoas visitaram o museu em 2005. Entre elas, 500 professores de escolas públicas e privadas que acompanharam mais de dez mil alunos em atividades de preservação da cultura brasileira. As principais atividades realizadas foram o projeto “Espaço educação” (visitas dinâmicas intituladas “Segredos do palácio”), o projeto “Educação e trabalho” e oficinas, além do II “Festival latino-americano de música instrumental” e de concertos da série “Música no museu”, entre muitas outras. Foram oferecidos 12 cursos, inaugurou-se a Galeria do Lago e foi lançado o livro “Bandeiras do Brasil” (publicado pela Editora Museu da República, com textos sobre a República, a biografia da bandeira nacional, as bandeiras na história da arte, a representação da bandeira em 34 obras de artistas contemporâneos brasileiros, considerações sobre a montagem e uma crítica à exposição).



Laboratório de conservação de acervo Museu Victor Meirelles

Museu Victor Meirelles – Florianópolis/SC

A casa natal do pintor Victor Meirelles é um típico sobrado luso-brasileiro construído entre o final do século XVIII e o início do XIX. O andar superior destinava-se à moradia e o térreo, ao comércio – no caso, o armazém do pai do artista, o português Antônio Meirelles de Lima. O imóvel foi adquirido pela União em 1946 e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950. Desde 1952, abriga o Museu Victor Meirelles, que preserva a memória do artista catarinense.

Em 2003 e 2004, o museu foi ampliado e desenvolveu ações de conservação, documentação e pesquisa, além de exposições, apresentações, lançamentos, palestras e oficinas (como o curso de vídeo e as oficinas de conservação de acervos museológicos e conservação preventiva).

As exposições de longa duração "Victor Meirelles: pinturas e estudos", "Retratos e fatos" e "Victor Meirelles: um artista do Império" passaram por uma requalificação, com a elaboração de projetos museográfico e lumino-técnico. Foram também realizadas quatro exposições

curtas de fotografias e desenhos.

Entre os projetos de ação educativa destacam-se "O museu vai à escola/A escola vai ao museu" e "Vi vendo Victor Meirelles".

O Museu Victor Meirelles busca estabelecer pontes com a comunidade. Grande parte de seus investimentos é destinada às áreas de formação e capacitação, estimulando o debate museal por meio de palestras, cursos e oficinas. Fomentou-se a produção cultural realizando quatro exposições temporárias por ano, selecionadas por meio de edital.

Em 2004, foram montadas as exposições "Victor Meirelles: um artista do Império", "Estudos, retratos e fatos de Victor Meirelles" e "Burle Marx – Croquis". Investiu-se em visitas guiadas, incorporou-se o "Estudo para Primeira Missa no Brasil" ao acervo; foi lançado o edital público de oficinas e cursos; e foi oferecida a palestra "A presença de Roberto Burle Marx".

Em 2005, firmou-se um convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis/IIª SR/IPHAN/SC para a cessão de pessoal para atuar no museu. Além disso, revitalizou-se e ampliou-se a instituição; foram realizadas a documentação, o inventário, a conservação e a informatização, adquiriu-se acervo e foram montadas quatro exposições temporárias.

Em 2006, investiu-se na conservação preventiva do acervo, na infra-estrutura e na modernização, além de organizar a biblioteca. Durante a "Semana Hassis no Museu", promoveu-se um ciclo de debates sobre o artista e uma mostra de vídeos exibidos ao ar livre. Houve ainda a oficina teórica "Fotografia e vídeo: entre ações e registros", o projeto "Cinema falado" (com a exibição do filme "Janelas da alma" e debate com a cineasta Sandra Alves) e o seminário "A paixão em Bach e Elomar". O projeto "Voluntários no Museu Victor Meirelles" ofereceu a estudantes de artes a oportunidade de atuar na ação educativa e cultural, contribuindo para sua formação acadêmica mediante uma experiência enriquecedora: participar da montagem de exposições sob a orientação da equipe do museu.

A captação de recursos para o projeto "Agenda cultural", uma oficina de teatro em que os participantes desenvolviam performances a partir da apropriação das obras de Victor Meirelles e várias oficinas completam o quadro de atividades em 2006, ano em que o museu recebeu 4.278 visitas só no primeiro semestre.

Museu Villa-Lobos – Rio de Janeiro/RJ

Instalado em um casarão tombado do século XIX, o Museu Villa-Lobos foi fundado em 1960. Reúne objetos e documentos referentes à vida e à obra do compositor e maestro Heitor Villa-Lobos, num acervo com mais de 20 mil itens, entre partituras (manuscritas e impressas), correspondências, recortes de jornais, discos, filmes, livros, condecorações, instrumentos musicais e objetos de uso pessoal.

Com o intuito de difundir a obra do maestro, diversos programas, projetos e eventos têm sido realizados nos últimos anos. O "Festival Villa-Lobos", por exemplo, acontece anualmente desde 1961. Patrocinado por empresas como IRB-Brasil Resseguros S.A. e Petrobras, entre outras, apresenta concertos em locais como a Sala Cecília Meireles, o Teatro Municipal e a Fundação Casa de Rui Barbosa, atraindo cerca de quatro mil espectadores. Outros projetos trataram de aspectos pouco divulgados da obra do maestro, como "O cancionista infantil de Villa-Lobos" e o CD "Música para ballet" (da Escola Bolshoi, de Joinville, em Santa Catarina).

Merecem destaque especial o projeto "Miniconcertos didáticos" (curso de capacitação e aperfeiçoamento para regentes de corais de escolas da Secretaria de Estado da Educação, com recitais mensais de artistas renomados e jovens instrumentistas realizados sob a orientação de técnicos do museu), o projeto "Villa-Lobinhos" (cursos de música para jovens de comunidades de baixa renda), o Coral Museu Villa-Lobos e o projeto "Musicalização infantil" (para crianças de seis a dez anos).

A hemeroteca referente à trajetória artística de Heitor Villa-Lobos entre 1917 e 1986 conta com 42 mil unida-

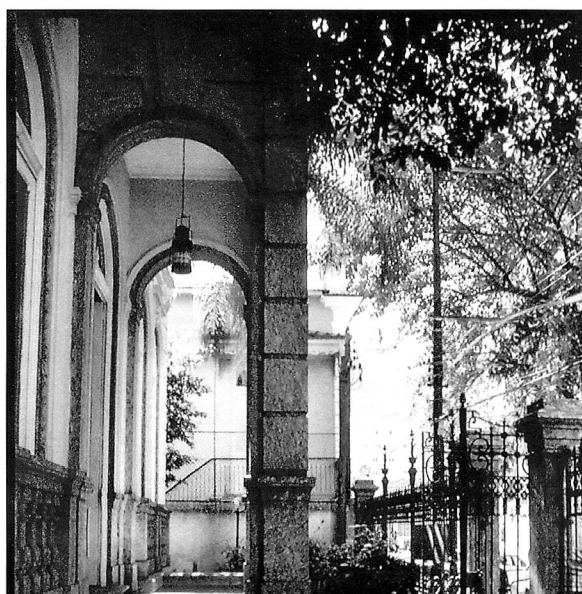
des (30 mil itens do período entre 1917 e 1959 e 12 mil de 1960 a 1986).

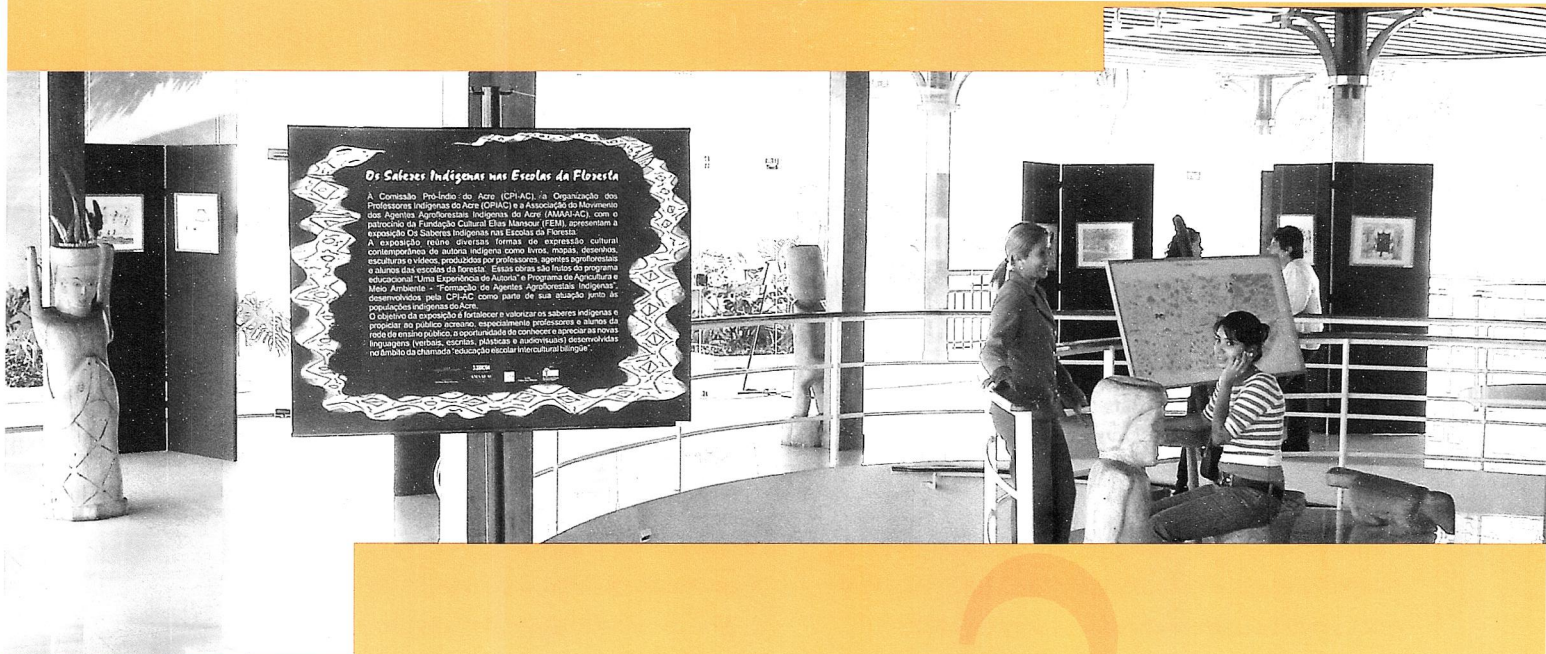
Em 2003, as principais atividades foram a realização do 41º "Festival Villa-Lobos", os projetos "Musicalização infantil", "Villa-Lobinhos" e "Miniconcertos didáticos", a exposição itinerante de fotografias de momentos representativos da vida do compositor; a reorganização das 1.907 partituras da reserva técnica em ordem alfabética, a inserção de 17 novos registros no acervo sonoro, a catalogação de fotos, a publicação do "Catálogo Villa-Lobos", a microfilmagem, digitalização e documentação eletrônica da hemeroteca e a digitalização de partituras não editadas.

Em 2004, realizou-se o 42º "Festival Villa Lobos" e foi feito o processamento técnico do acervo (conservação e controle das coleções), o registro das doações, a normatização do acervo, a listagem de todas as peças pertencentes às séries (a fim de analisar a relevância ou não de serem tratadas como obras isoladas), a pesquisa de itens necessários à descrição física do acervo sonoro e a reorganização das fotos dos álbuns de reprodução.

Em 2005, os projetos realizados em 2003 e 2004 foram continuados, com a realização do 43º "Festival Villa-Lobos". Além disso, foram realizadas duas exposições temporárias. ■

Pórtico do Museu Villa-Lobos





Planos em perspectiva

a Política Nacional de Museus para os próximos anos

O sucesso dos quatro primeiros anos de implantação da Política Nacional de Museus (PNM) aumentou a responsabilidade do Governo Federal, em especial do Ministério da Cultura, na implementação de políticas públicas para o setor. A mobilização da sociedade e das instituições diretamente vinculadas à PNM, bem como a dinâmica do setor, tornam ainda mais desafiadora uma gestão que terá de atuar, simultaneamente, em duas frentes: disseminação e consolidação dos avanços conquistados e ampliação das ações, por meio de novas estratégias de atuação.

Uma das questões mais graves enfrentadas pelas políticas públicas de cultura no Brasil tem sido a descontinuidade das ações. Isso implica, muitas vezes, na perda de conquistas e na geração de desconfiança e descrença por parte da sociedade. O caráter público, participativo e inclusivo da atual Política Nacional de Museus precisa ser preservado. Sua permanente construção/ampliação dependerá mais da atuação direta e engajada dos agentes sociais envolvidos do que dos aparelhos públicos, estatais ou não, responsáveis por sua sistematização.

Esta questão tem levado o Ministério da Cultura a dedicar especial atenção à continuidade das ações da PNM através de mecanismos que vislumbrem o futuro imediato para o desenvolvimento dos museus e da museologia no Brasil. Partindo das premissas já lançadas, estas ações buscam enxergar espaços a serem conquistados e fronteiras a serem alcançadas – e mesmo suplantadas – a fim de estabelecer bases sólidas e amplas que assegurem as dimensões estruturais da própria política cultural do MinC: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico. As políticas setoriais do MinC devem espelhar estas dimensões, construindo um todo harmônico, ainda que mantidas as diferenças de atuação próprias do universo da cultura.

As ações pensadas para os próximos anos devem buscar o fortalecimento de conquistas importantes, como o Sistema Brasileiro de Museus (integrado ao Sistema Nacional de Cultura), o Cadastro Nacional de Museus, o Observatório Permanente de Museus e Centros Culturais, o Fórum Nacional de Museus, a Semana Nacional de Museus, as Políticas de Fomento (em especial os editais públicos de acesso democrático aos recursos para o setor), o Programa de Formação e Capacitação em Museologia e o Programa de Apoio à Pesquisa e à Difusão Intelectual e Científica no Campo da Museologia, entre outras.

A consolidação das ações iniciadas, graças à repercussão alcançada, torna-se agora um imperativo. Devemos reconhecer os avanços e legá-los à sociedade não como uma conquista do governo, mas uma conquista de todos, uma vitória coletiva e, portanto, indivisível. Devemos ressaltar que algumas ações iniciadas ao longo dos últimos quatro anos estão ainda em fase de implementação, pois não dependem exclusivamente do MinC para sua efetiva implantação. Destacamos três ações de importância capital para os rumos futuros da Política Nacional de Museus: a criação do Instituto Brasileiro de Museus, a aprovação do Estatuto de Museus e do Projeto de Emenda Constitucional, que consolidam a importância dos museus no plano geral das políticas públicas de cultura.

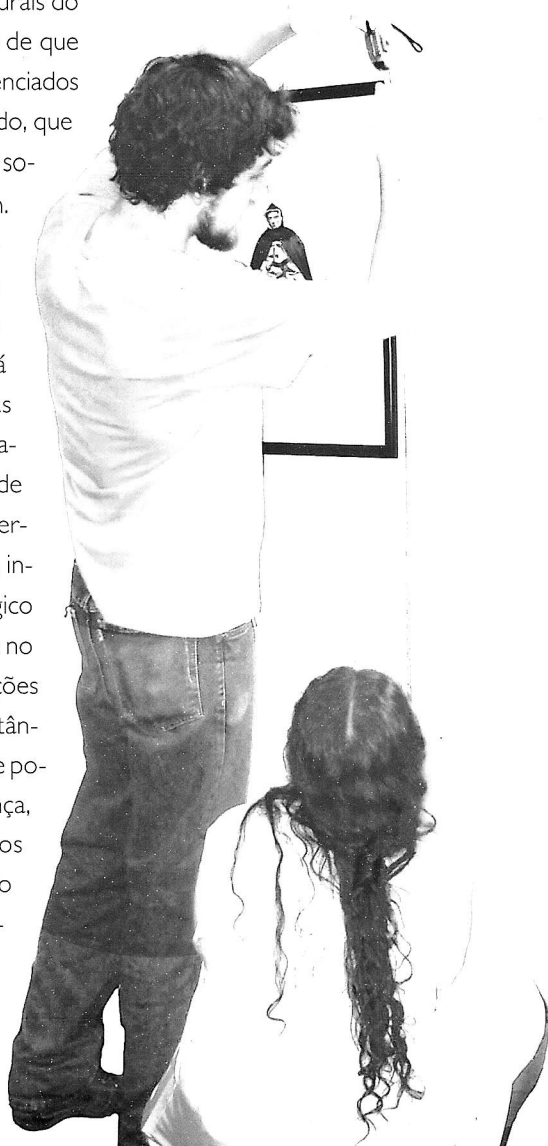
Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

Anseio antigo da comunidade museológica brasileira, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) representará, na prática, o pleno reconhecimento do espaço ocupado pelos museus na sociedade. O sonho da criação de um instituto dedicado aos museus no país ganhou fôlego graças à iniciativa pioneira do Ministério da Cultura, através do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN. Não restam dúvidas de que os museus merecem ser gerenciados por um organismo diferenciado, que amplie, ainda mais, seu papel social e os benefícios que geram.

A conseqüente valorização dos museus – e devemos aqui lembrar sua capilaridade e diversidade – permitirá que eles se tornem agências de reconhecimento e valorização dos interesses e anseios de populações culturalmente diversificadas. Também facilitará a integração do setor museológico no Brasil e sua representação no exterior, além de garantir ações pontuais de extrema importância, como a implementação de políticas mais eficazes de segurança, proteção e conservação dos acervos musealizados, a adoção de políticas de aquisição condizentes com a necessidade de ampliação das coleções dos museus e o fortalecimento

dos mecanismos de gestão administrativa, entre outros aspectos.

Caberá também ao IBRAM aperfeiçoar as ações de preservação e pesquisa dos acervos musealizados de instituições de pequeno, médio e grande porte em todo o território nacional – tanto do ponto de vista da conservação contra danos naturais, quanto do ponto de vista da divulgação e disseminação desses acervos



através de políticas de inventário, estudo e promoção.

Quando nos deparamos com a grandeza e a complexidade da atuação dos museus brasileiros, e o significado por eles adquirido no contexto de nossas manifestações culturais, fica fácil compreender a necessidade de criação de um órgão que cumpra tão relevante missão. Até 2003, muitos museus federais permaneciam inseridos na universalidade dos trabalhos do IPHAN, embora ligados a um organismo próprio, o Departamento de Museus e Centros Culturais, criado naquele ano.

Para atender a todas as demandas claras e identificadas há muitos anos, o IBRAM foi idealizado com a natureza jurídica de autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. O Instituto contará com um conselho consultivo, uma presidência e três departamentos. Inicialmente, 29 unidades museológicas integrarão o IBRAM.

Espera-se também que a criação do órgão suscite, no âmbito dos museus, preocupações relativas à sustentabilidade e à viabilidade econômica de suas ações – não apenas na busca por incrementos financeiros como na instauração de modelos de gestão que atendam à sua dimensão e finalidade públicas. Na verdade, está em jogo reconhecer o papel ativo dos museus (e da cultura em geral) na geração de emprego e renda e na criação de instrumentos eficientes de integração entre governo e sociedade,

contribuindo para o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária, bem como para a promoção do bem de todos, em conformidade com os objetivos fundamentais desta República Federativa do Brasil.

Naturalmente, o IBRAM será um ponto de apoio e referência para a atividade museológica no país, acarretando no aumento de unidades e na requalificação das existentes. O IBRAM visará, por fim, ao desenvolvimento da comunicação, da educação e da ação no âmbito do patrimônio cultural, garantindo às comunidades organizadas o direito de opinar e participar dos processos de sele-

ção e definição do patrimônio a ser musealizado. Competirá ao IBRAM a normatização e a padronização de práticas, a definição de diretrizes e a implementação de projetos, assim como a coordenação, o acompanhamento e a avaliação das atividades do setor museológico.

Estatuto dos Museus

Na busca de regulação do setor, torna-se também necessária a consolidação de legislação específica, que oriente e auxilie os museus em suas tarefas de rotina. É fácil verificar os enormes prejuízos causados pela disparidade de procedimentos e critérios na gestão e nas práticas do setor mu-

“A Política Nacional de Museus é um raro e significativo exemplo de política cultural bem-elaborada, bem executada e bem-sucedida. Seu processo de formulação, seu conteúdo e sua execução deveriam ser estudados por gestores de todas as áreas da cultura. Tê-la como referência poderia fazer uma diferença extraordinária em outros setores. Trata-se de um salto de qualidade, assim como de um salto de democracia e de espírito público, num contexto ainda marcado pela precariedade e pelo despotismo. O excelente resultado obtido pelo Departamento de Museus do IPHAN e pelo MinC nesta área nos últimos quatro anos tem a ver diretamente com a existência de uma política nacional consequente e inclusiva. Além de valorizar os profissionais de museologia, o Brasil está finalmente recuperando e modernizando suas instituições museológicas. Para o quadro de excelência se completar, falta apenas uma ênfase maior na interação com a sociedade, em especial as crianças e os jovens. Trata-se do próximo e necessário passo desta ação exemplar, da qual o BNDES se orgulha em ser parceiro.”

Sérgio Sá Leitão, BNDES

seológico. Com base nesse diagnóstico, o comitê gestor do Sistema Brasileiro de Museus entregou à Câmara Federal, em 2006, o anteprojeto de lei do Estatuto de Museus. Em 14 de novembro, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara apresentou o projeto de lei nº 7568, que institui o Estatuto.

O Estatuto dos Museus é um marco jurídico que busca dar condições para o desenvolvimento dos museus e o fortalecimento das redes e sistemas existentes. Ele cria normas gerais reguladoras que garantirão à população, em última instância, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional protegidas pela atuação das instituições museais.

A primeira discussão do estatuto aconteceu em 2004, com a participação de entidades e profissionais em fóruns e por meio virtual. Coube ao comitê gestor do SBM sistematizar as sugestões e contribuições recebidas, consolidando a proposta.

Além de buscar contribuir para uma definição mais ampla do conceito de museu, o estatuto proposto estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições e regula outras atividades específicas. Inclui, ainda, dispositivos que regulamentam a aplicação uniforme dos regimes de proteção ao patrimônio cultural, sem os quais não será possível efetivar as mudanças propostas.

Um dos pontos mais relevantes do estatuto trata do dever dos museus de

elaborar e implementar um plano museológico contendo um diagnóstico participativo, a identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob sua guarda e a identificação de seus públicos destinatários. Os planos museológicos devem caracterizar-se pela exequibilidade e pela adequação às especificações dos distintos programas. Devem incluir a apresentação de um cronograma de execução, a explicitação da metodologia a ser adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

A publicação do Estatuto dos Museus vai inaugurar uma nova etapa no gerenciamento e na promoção do patrimônio cultural musealizado, orientando a atuação dos museus, uniformizando procedimentos e incentivando parcerias. (Veja a íntegra do Estatuto de Museus nos anexos.)

Projeto de Emenda Constitucional (PEC)

Em janeiro de 2006, o Deputado Paulo Delgado entregou à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional constituída de 11 artigos. O documento busca explicitar a real dimensão da importância dos museus e dar-lhes o valor devido, de modo a corrigir uma lacuna histórica. A PEC foi apresentada à Câmara em 1º de novembro de 2006, sob o nº 575/2006.

Assim, foi submetida à deliberação de nossos representantes o projeto que estabelece condições para a preservação do patrimônio museológico brasileiro, com a finalidade de incluir entre os dispositivos da Carta Magna, instrumentos que viabilizarão o reconhecimento do papel dos museus e das instituições de memória como propulsores da inclusão social e da valorização do patrimônio cultural, agentes estratégicos para a preservação da notória e valiosa diversidade cultural nacional.

Esta proposta faz parte do conjunto de atos que objetivam a consolidação da Política Nacional de Museus e foi estruturada a partir de ampla discussão com o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus.

O Projeto de Emenda Constitucional toma por base o reconhecimento de que os museus têm o papel estratégico na preservação, estudo e comunicação/promoção do patrimônio cultural sob a sua guarda, em toda a sua diversidade e abrangência.

Medidas como essa estão na ordem do dia em todo o mundo, em função da acentuada mudança de paradigma na atuação dos museus, que deixaram de focar apenas a salvaguarda e a exposição de coleções. Observe que o texto encaminhado ao Congresso ressalta “a valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários”



e o “desenvolvimento de processos de educação museal para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro”.

A emenda constitucional valoriza as comunidades que formam o mosaico cultural nacional e encoraja uma gestão participativa na busca da proteção de seus valores fundamentais, através do “reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com os profissionais técnicos e gestores, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio museológico a ser preservado” e do “estímulo à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural museológico”.

(Veja a íntegra da PEC nos anexos.)

Outras ações

No conjunto de ações pensadas para os próximos anos, também podemos destacar:

- Criação do **Programa Mais Museus**, destinado, principalmente, aos municípios que não possuem museus (atualmente, existem museus em apenas 16% dos municípios brasileiros). Estima-se que a implantação do programa incentive a criação de museus em cerca de 300 municípios nos próximos quatro anos.
- Ampliação da **cooperação téc-**

nico-científica com universidades públicas e privadas visando à criação de novos cursos de graduação em museologia.

- Ampliação das **oficinas de capacitação** oferecidas pelo DEMU para atender a cerca de 25 mil profissionais que atuam em museus em todo o território nacional nos próximos quatro anos.

- Ampliação dos **investimentos em museus pelo Sistema do Ministério da Cultura**, dos atuais R\$ 300 milhões (2003-2006) para R\$ 450 milhões (2007-2010), com a criação de um fundo específico para financiamento de instituições museológicas.

- Consolidação e ampliação das **parcerias internacionais**.

- Implantação de programa específico para ampliação da **visitação aos museus brasileiros**, dos atuais 20 milhões anuais para 30 milhões por ano até 2010.

- Implantação de **programa de estímulo ao intercâmbio temporário e/ou definitivo de acervo** entre museus do Ministério da Cultura, de forma a racionalizar e potencializar as coleções hoje existentes. 

Anexo 1

Decreto de 31 de maio de 2004

Institui a Semana dos Museus e o

Dia Nacional do Museólogo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Semana dos Museus, a ser comemorada no mês de maio de cada ano.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura a coordenação das comemorações para a Semana dos Museus, com a colaboração do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus e demais entidades nacionais vinculadas ao meio museológico brasileiro.

Art. 2º Fica instituído o Dia Nacional do Museólogo, a ser comemorado no dia 18 de dezembro de cada ano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA



Anexo 2

Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor; visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

I – o trabalho permanente com patrimônio cultural;

II – a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III – o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

IV – a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar

o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

I – outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;

II – as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III – as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV – as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

V – outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no país;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;
XI – incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e
XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I – dois do Ministério da Cultura;

II – um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III – um do Ministério da Educação;

IV – um do Ministério da Defesa;

V – um do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI – um do Ministério do Turismo;

VII – um dos sistemas estaduais de museus;

VIII – um dos sistemas municipais de museus;

IX – um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;

X – um do Conselho Federal de Museologia;

XI – um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;

XII – um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIII – um da Associação Brasileira de Museologia, e

XIV – dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de

propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Co-

mitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA



Anexo 3

Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005

Institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) do Ministério da Cultura, e dá outras providências
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, DECRETA:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA FEDERAL DE CULTURA

Art. 1º Fica instituído o Sistema Federal de Cultura (SFC), com as seguintes finalidades:

- I – integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Federal;
- II – contribuir para a implementação de políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e sociedade civil;
- III – articular ações com vistas a estabelecer e efetivar, no âmbito federal, o Plano Nacional de Cultura; e
- IV – promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

Art. 2º Integram o SFC:

I – Ministério da Cultura e os seus entes vinculados, a seguir indicados:

- a) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- b) Agência Nacional de Cinema (ANCINE);
- c) Fundação Biblioteca Nacional (BN);
- d) Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB);
- e) Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); e
- f) Fundação Cultural Palmares (FCP);

II – Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); e

III – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).

Parágrafo único. Outros órgãos poderão integrar o SFC, conforme dispuser ato do Ministro de Estado da Cultura.

Art. 3º Ao Ministério da Cultura, órgão central do SFC, compete:

- I – exercer a coordenação geral do Sistema;
- II – estabelecer as orientações e deliberações normativas e de gestão, consensuadas no plenário do CNPC e nas instâncias setoriais referidas nos §§ 3º a 6º do art. 12;
- III – emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o SFC, observadas as diretrizes sugeridas pelo CNPC;
- IV – desenvolver e reunir, com o apoio dos órgãos integrantes do SFC, indicadores e parâmetros quantitativos

e qualitativos para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos da União;

V – sistematizar e promover, com apoio dos segmentos pertinentes no âmbito da administração pública federal, a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão relativos à preservação e disseminação do patrimônio material e imaterial sob a guarda da União;

VI – subsidiar as políticas e ações transversais da cultura nos planos e ações estratégicos do Governo e do Estado brasileiro;

VII – auxiliar o Governo Federal e subsidiar os entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos plurianuais; e

VIII – coordenar e convocar a Conferência Nacional de Cultura.

Art. 4º O SFC tem os seguintes objetivos:

I – incentivar parcerias no âmbito do setor público e com o setor privado, na área de gestão e promoção da cultura;

II – reunir, consolidar e disseminar dados dos órgãos e entidades dele integrantes em base de dados, a ser articulada, coordenada e difundida pelo Ministério da Cultura;

III – promover a transparência dos investimentos na área cultural;

IV – incentivar, integrar e coordenar a formação de redes e sistemas setoriais nas diversas áreas do fazer cultural;

V – estimular a implantação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura;

VI – promover a integração da cultura brasileira e das políticas públicas de cultura do Brasil, no âmbito da comunidade internacional, especialmente das comunidades latino-americanas e países de língua portuguesa; e

VII – promover a cultura em toda a sua amplitude, encontrando os meios para realizar o encontro dos conhecimentos e técnicas criativos, concorrendo para a valorização das atividades e profissões culturais e artísticas, e fomentando a cultura crítica e a liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural brasileiro e universal.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL – CNPC

Art. 5º O CNPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura, tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e

a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

Art. 6º O CNPC é integrado pelos seguintes entes:

I – Plenário;

II – Comitê de Integração de Políticas Culturais – CIPOC;

III – Colegiados Setoriais;

IV – Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho; e

V – Conferência Nacional de Cultura.

Art. 7º Compete ao Plenário do CNPC:

I – aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação geral do SFC tratada no inciso I do art. 3º, as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura;

II – acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Nacional de Cultura;

III – estabelecer as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo dos setores e modalidades do fazer cultural, descritos no art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura;

V – apoiar os acordos e pactos entre os entes federados para implementação do SFC;

VI – estabelecer orientações, diretrizes, deliberações normativas e moções, pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC;

VII – estabelecer cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

VIII – incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

IX – delegar às diferentes instâncias componentes do CNPC a deliberação, fiscalização e acompanhamento de matérias;

X – aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura; e

XI – estabelecer o regimento interno do CNPC, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura.

Art. 8º Compete ao CIPOC articular as agendas e coordenar a pauta de trabalho das diferentes instâncias do CNPC.

Art. 9º Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos setores culturais de que trata o art. 12, e apresentar as diretrizes dos setores representados no CNPC, previamente à aprovação prevista no inciso I do art. 7º.

Art. 10. Compete às Comissões Temáticas e aos Grupos de Trabalho fornecer subsídios para tomadas de decisão sobre temas transversais e emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 11. Compete à Conferência Nacional de Cultura analisar;

aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Nacional de Cultura e às respectivas revisões ou adequações.

Art. 12. O CNPC e seu Plenário serão presididos pelo Ministro de Estado da Cultura e, em sua ausência, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura.

§ 1º O Plenário será composto pelos representantes dos entes integrantes do SFC, sendo:

I – quinze representantes do Poder Público Federal, da seguinte forma:

- a) seis do Ministério da Cultura;
- b) um da Casa Civil da Presidência da República;
- c) um do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- d) um do Ministério das Cidades;
- e) um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- f) um do Ministério da Educação;
- g) um do Ministério do Meio Ambiente;
- h) um do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- i) um do Ministério do Turismo; e
- j) um da Secretaria-Geral da Presidência da República;

II – três representantes do Poder Público dos Estados e Distrito Federal, indicados pelo Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura;

III – três representantes do Poder Público municipal, indicados, dentre dirigentes de cultura, respectivamente, pela Associação Brasileira de Municípios, Confederação Nacional de Municípios e Frente Nacional de Prefeitos;

IV – um representante do Fórum Nacional do Sistema S;

V – um representante das entidades ou das organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de inclusão social por intermédio da cultura, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de lista tríplice, organizada por essas entidades;

VI – nove representantes das áreas técnico-artísticas, indicados pelos membros da sociedade civil nos colegiados setoriais afins ou na ausência destes, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de listas tríplices apresentadas pelas associações técnico-artísticas pertinentes às áreas a seguir, em observância de norma a ser definida pelo Ministério da Cultura:

- a) artes visuais;
- b) música popular;
- c) música erudita;
- d) teatro;
- e) dança;
- f) circo;
- g) audiovisual;

h) literatura, livro e leitura; e

i) artes digitais;

VII – sete representantes da área do patrimônio cultural, indicados pelos membros da sociedade civil, nos colegiados setoriais afins ou, na ausência destes, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de lista tríplice organizada pelas associações de cada uma das seguintes áreas, em observância de norma a ser definida pelo Ministério da Cultura:

- a) culturas afro-brasileiras;
- b) culturas dos povos indígenas;
- c) culturas populares;
- d) arquivos;
- e) museus;
- f) patrimônio material; e
- g) patrimônio imaterial;

VIII – três personalidades com comprovado notório saber na área cultural, de livre escolha do Ministro de Estado da Cultura;

IX – um representante de entidades de pesquisadores na área da cultura, a ser definido, em sistema de rodízio ou sorteio, pelas associações nacionais de antropologia, ciências sociais, comunicação, filosofia, literatura comparada e história;

X – um representante do Grupo de Institutos, Fundação e Empresas (GIFE);

XI – um representante da Associação Nacional das Entidades de Cultura (ANEC); e

XII – um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

§ 2º Poderão integrar, ainda, o Plenário do CNPC, na condição de conselheiros convidados, sem direito a voto, um representante de cada órgão ou entidade a seguir indicados:

- I – Academia Brasileira de Letras;
- II – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- III – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);
- IV – Ministério Público Federal;
- V – Comissão de Educação do Senado Federal; e
- VI – Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

§ 3º O CIPOC será formado pelos titulares das secretarias, autarquias e fundações vinculadas ao Ministério da Cultura.

§ 4º Os Colegiados Setoriais serão constituídos por representantes do Poder Público e da sociedade civil, de acordo com regimento interno do CNPC.

§ 5º As Comissões Temáticas ou Grupos de Trabalho serão integrados por representantes do Poder Público e da sociedade civil, de acordo com norma do Ministério da Cultura.

§ 6º A Conferência Nacional de Cultura será constituída por representantes da sociedade civil indicados em Conferências Estaduais, na Conferência Distrital, em Conferências Municipais ou Intermunicipais de Cultura e em Pré-Conferências Setoriais de Cultura, e do Poder Público dos entes federados, em observância ao disposto no regimento próprio da conferência, a ser aprovado pelo Plenário do CNPC.

§ 7º O regimento interno do CNPC estabelecerá as possibilidades de reunião conjunta de colegiados tratados nos incisos III e IV do art. 6º deste Decreto.

Art. 13. Os representantes do Poder Público e da sociedade civil, titulares e suplentes, no âmbito do CNPC, serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

Art. 14. Os representantes da sociedade civil integrantes do CNPC terão mandato de dois anos, renovável uma vez, por igual período.

Art. 15. O Plenário do CNPC reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente.

Art. 16. A função de membro do CNPC não será remunerada e será considerada prestação de relevante interesse público.

Art. 17. As reuniões do CNPC serão realizadas ordinariamente em Brasília, sendo que as despesas dos representantes do Poder Público, das entidades empresariais, das fundações e dos institutos correrão às expensas das respectivas instituições.

Art. 18. As reuniões do CNPC serão instaladas com a presença de, no mínimo, cinquenta por cento dos conselheiros presentes.

Art. 19. As decisões do CNPC serão tomadas por maioria simples de votos, à exceção das situações que exijam quorum qualificado, de acordo com o regimento interno.

Art. 20. Ao Presidente do CNPC caberá somente o voto de qualidade, nas votações que resultarem em empate.

Art. 21. A Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura prestará o apoio técnico e administrativo ao CNPC.

Art. 22. O Ministério da Cultura fará publicar, ad referendum do CNPC, o regulamento da primeira Conferência Nacional de Cultura, a se realizar em 2005.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Ficam revogados o Decreto no 3.617, de 2 de outubro de 2000, e o art. 5º do Decreto no 5.036, de 7 de abril de 2004.

Brasília, 24 de agosto de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA

Anexo 4

Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006 (dou de 11/07/2006)

Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências.

O Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente no disposto no inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, e na Portaria IPHAN nº 302, de 07 de julho de 2004, e considerando a necessidade de organização da gestão dos museus do IPHAN, capaz de propiciar o estabelecimento de maior racionalidade e eficiência do fazer museal; resolve:

Art. 1º Instituir parâmetros gerais de organização da gestão das instituições museológicas do IPHAN, compreendendo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador; indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.

Parágrafo único. Por seu caráter político, técnico e administrativo, o Plano Museológico é instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade.

Art. 2º O Plano Museológico trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos.

Art. 3º A elaboração do Plano Museológico baseia-se em diagnóstico completo da instituição, levando em conta os pontos fortes e frágeis, as ameaças e oportunidades, os aspectos socioculturais, políticos, técnicos, administrativos e econômicos pertinentes à atuação do museu.

Parágrafo único. O diagnóstico, de caráter participativo, é parte integrante do Plano Museológico, que deve ser apresentado de forma clara e precisa, contando na sua elaboração com a atuação direta da equipe do museu, além de colaboradores externos.

Art. 4º Os projetos que compõem os programas do Plano Museológico têm como características:

I - A exequibilidade e a adequação às especificações dos programas distintos, inclusive o cronograma de execução.

II - A explicitação da metodologia adotada.

III - A descrição das ações planejadas.

IV - A indicação de um sistema de avaliação permanente.

Art. 5º O Plano Museológico adotado para os museus do IPHAN é composto pelas seguintes partes:

I - Identificação da Instituição:

a) Definição operacional, com apresentação das características gerais da instituição, destacando sua trajetória e histórico de suas coleções e de seu território.

b) Identificação da missão, com apresentação da missão, do campo de atuação, da função social, das metas e objetivos da instituição.

II - Programas:

a) Programa institucional, aquele que trata do desenvolvimento e da gestão política, técnica e administrativa do museu.

b) Programa de gestão de pessoas, aquele que apresenta as ações destinadas à valorização, capacitação e bem estar do conjunto de trabalhadores do museu, independentemente do tipo de contratação, assim como aponta um diagnóstico da situação funcional existente e das necessidades de ampliação do quadro de pessoal, incluindo estagiários e servidores.

c) Programa de acervos, aquele que organiza o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluindo os de origem arquivística e bibliográfica, podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: aquisição, documentação, conservação e restauração.

d) Programa de exposições, aquele que trata de todos os espaços e processos de exposição do museu, sejam eles intra ou extramuros, de longa, média ou curta duração.

e) Programa educativo e cultural, aquele que compreende os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições.

f) Programa de pesquisa, aquele que contempla o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucional e de projetos voltados para estudos de público, de patrimônio cultural, de museologia, de história institucional e de outros estudos.

g) Programa arquitetônico, aquele que trata da identificação, da conservação e da adequação dos espaços livres e construídos, bem como das áreas de entorno da instituição, contendo descrição dos espaços e instalações, além de informar sobre os aspectos de acessibilidade, conforto ambiental, circulação, iden-

tidade visual e possibilidades de expansão.

h) Programa de segurança, aquele que trata de todos os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluindo, além de sistemas, equipamentos e instalações, a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência.

i) Programa de financiamento e fomento, aquele que trata do planejamento de estratégias voltadas para captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos oriundos de diversas fontes.

j) Programa de difusão e divulgação, aquele que trata da divulgação e popularização dos projetos e atividades da instituição, além da disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; podendo ser dividido em diferentes subprogramas, tais como: editorial, de intercâmbio institucional, de comunicação social, de comunicação visual e outros.

Parágrafo único. Na consolidação do Plano Museológico deve-se considerar o caráter transversal dos Programas.

Art. 6º O Plano Museológico, por seu caráter interdisciplinar, será elaborado de forma participativa, envolvendo o conjunto dos servidores do museu e de outras áreas do IPHAN, além de especialistas e consultores externos.

Art. 7º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado com um intervalo mínimo de 3 (três) e máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 8º A elaboração e a revisão do Plano Museológico devem estar em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Museus, instituída pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN supervisionará a elaboração e a execução dos Planos Museológicos.

Art. 10 Os museus do IPHAN elaborarão ou adaptarão seus Planos Museológicos no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA

Anexo 5

Lei nº 11.328, de 24 de julho de 2006

Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2006 como Ano Nacional dos Museus.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Anexo 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 575/2006

(Dos senhores Paulo Delgado, Paulo Rubem Santiago, Gilmar Machado, Rogério Teófilo, Alice Portugal, Celcita Pinheiro e outros)

Altera os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelecendo condições para preservação do Patrimônio Museológico Brasileiro.

As Mesas

da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – O artigo 215 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 215

§ 4º – O Estado garantirá a preservação, a valorização e o fomento do patrimônio museológico da nação, reconhecendo os museus como unidades de valor estratégico para a diversidade cultural brasileira e para os processos identitários locais e regionais.

§ 5º – O Estado criará órgão com finalidade específica de acautelamento, preservação, fiscalização e valorização do patrimônio museológico brasileiro.

§ 6º – Com o objetivo de assegurar recursos para a formação de recursos humanos nas áreas de

museologia e afins, para o incentivo e fomento ao estabelecimento, manutenção e expansão de instituições museológicas, e para a integração dos acervos nacionais, a União constituirá fundo específico, com recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei complementar que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

§ 7º – Os estados, municípios e o Distrito Federal poderão constituir fundo complementar ao supra disposto.

Art. 2º – O artigo 216 fica acrescido do inciso IV e dos parágrafos 7, 8, 9, 10 e do parágrafo 11, com os incisos I e II.

Art. 216

VI – o patrimônio museológico brasileiro.

(...)

§ 7º – O Estado manterá o Sistema Brasileiro de Museus, que abrange as instituições museológicas federais, estaduais e municipais, públicas e privadas.

§ 8º – A lei estabelecerá diretrizes para o financiamento e a gestão das políticas públicas para o patrimônio museológico brasileiro.

§ 9º – A lei estabelecerá punições relativas ao tráfico ilícito de bens culturais.

§ 10º – A administração pública manterá cadastro nacional público atualizado dos acervos e instituições museológicas.

§ 11º – O Estado estabelecerá instrumentos de proteção, incentivo e fomento aos acervos museológicos e coleções.

I – Os museus privados identificados como de interesse público receberão proteção do Estado, e a eles poderão ser concedidos benefícios pelo poder público, nos termos de legislação específica.

II – Os museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares, museus universitários e outros, também receberão os benefícios relativos ao caput desse art.

Art. 3º – Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.



Anexo 7

Projeto de Lei no 7568/2006 (Da Comissão de Educação e Cultura)

Institui o Estatuto de Museus, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos, que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – A valorização da dignidade humana;

II – A promoção da cidadania;

III – O cumprimento da função social;

IV – A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural,

VI – O intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I – como filial, os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II – como seccional, a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III – como núcleo ou anexo, os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4º O Poder Público estabelecerá mecanismos

de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do país.

§3º A lei estabelecerá procedimento declaratório adequado mediante órgão competente.

Art. 6º A presente lei não se aplica a bibliotecas, arquivos, centros de documentação e coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no artigo 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

CAPÍTULO II

Do Regime Aplicável aos Museus

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, fusão ou manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

§2º A criação, fusão ou extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do Poder Público.

Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de Associações de Amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e dos públicos.

§ 1º Os museus, na medida das suas possibilidades,

facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10 A criação de museu nacional será vinculada à prévia aprovação pelo Ministério da Cultura, observada relevância de sua finalidade e objetivos ou da importância dos acervos conservados, por meio de portaria interministerial, mediante iniciativa do órgão ou entidade competente, de acordo com o disposto no presente Estatuto.

Art. 11 A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Unidade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12 A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a município ou por museus a quem o município autorize a utilização desta denominação.

SEÇÃO I

Aos Museus Públicos

Art. 13 São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao Poder Público, situadas no território nacional.

Art. 14 O Poder Público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15 Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16 É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17 Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

SEÇÃO II

Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus

Art. 17 As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 18 Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem estar dos usuários e funcionários.

Art. 19 Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

SUBSEÇÃO I

Da Preservação, Da Conservação, Da Restauração e Da Segurança

Art. 20 Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 21 Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 22. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 23. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 24. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação

dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 25. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 26. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Parágrafo único. A violação do dever de sigilo sobre o Programa ou das regras de segurança constitui infração disciplinar grave, sem prejuízo das penalidades previstas em legislação vigente, sendo o sigilo objeto, inclusive, de contratos realizados com empresas privadas de segurança.

SUBSEÇÃO II

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 27 O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis, e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 28. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 29. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

SUBSEÇÃO III

Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Art. 30. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso

público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 31. Os museus deverão elaborar e implementar Programas de Exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 32. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º. Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º. Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 33. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.

Art. 34. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 35. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do Poder Público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 36. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

SUBSEÇÃO IV

Dos Acervos dos Museus

Art. 37. Os museus deverão formular, aprovar, ou, quando cabível, propor para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 38. É obrigação dos museus manterem documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º. O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar

a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º. Os bens, inventariados ou registrados, gozam de proteção com vistas a evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 39. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional, e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 40. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º. Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º. O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º. O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º. Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

SUBSEÇÃO V

Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 41. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 42. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções

quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

SEÇÃO III

Do Plano Museológico

Art. 43. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 44. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador; indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 45. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica junto à sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – O diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – A identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – A identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – Detalhamento dos Programas:

- a) Institucional;
- b) De Gestão de Pessoas;
- c) De Acervos;
- d) De Exposições;
- e) Educativo e Cultural;
- f) De Pesquisa;
- g) Arquitetônico-urbanístico;
- h) De Segurança;
- i) De Financiamento e Fomento;
- j) De Comunicação.

§ 1º. Na consolidação do Plano Museológico deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º. O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levado em conta suas especificidades.

§ 3º. O Plano Museológico deverá ser avaliado

permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu Regimento.

Art. 46. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III

A Sociedade e os Museus

SEÇÃO I

Das Disposições Gerais

Art. 47. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 48. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no artigo anterior serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 49. Serão entendidas como Associações de Amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – ser vedada a remuneração da diretoria;

Parágrafo único. O reconhecimento da Associação de Amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 50. A utilização de áreas de museus, a título precário ou oneroso, sob o regime de permissão ou concessão de uso, será regulada no regimento do museu.

Art. 51. As Associações de Amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As Associações de Amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem

solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 52. As Associações de Amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, projetos e ações.

Art. 53. As Associações poderão reservar até 10% da totalidade dos recursos por ela recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

SEÇÃO II

Dos Sistemas de Museus

Art. 53. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 54. Os entes federados estabelecerão em Lei, denominado Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1º. A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2º. Os sistemas de museus têm por finalidade:

- a) apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;
- b) promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;
- c) contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;
- d) elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a ele adstrita;
- e) colaborar com o órgão ou entidade do Poder Público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 55. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor

diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro. Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da museologia nacional.

Art. 56. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

- I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;
- II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;
- III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;
- IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;
- V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 57. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

- I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;
- II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;
- III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;
- IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;
- V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;
- VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;
- VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e

integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 58. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 59. Terão prioridade quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas os museus integrantes ao Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão podem ser beneficiados por políticas de qualificação específicas.

Art. 60. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas a melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 61. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º. O prazo para o exercício do direito de preferência é de 15 (quinze) dias e em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia..

§ 2º. A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 62. Quem, de qualquer forma, concorrer para a prática lesiva ou omissiva em relação aos bens culturais dos museus, incide nas penalidades a elas cominadas, bem como o dirigente, o administrador, o membro do conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo dessa conduta de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 63. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, individual ou solitariamente, administrativa, civil e penalmente nos casos de infração cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autora, co-autora ou partícipes do mesmo fato.

§ 2º. Dentre as penalidades existentes preferir-se-á as de prestação de serviços à comunidade, por pessoa jurídica e física, bem como às de multa, cujo valor será revertido em favor da conservação, preservação ou restauração do bem lesionado.

Art. 64. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os artigos 62, 63 e 64, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

IV – de contratar com o Poder Público, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º. Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado, a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º. No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em nível federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º. Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º. Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 65. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de 5 (cinco) anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de 2 (dois) anos.

Art. 66. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o Governo Brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I – produção de prova;

II – exame de objetos e lugares;

III – informações sobre pessoas e coisas;

IV – presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V – outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 67. Para a consecução dos fins visados nesta lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 68. Esta lei entrará em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, 8 de novembro de 2006.

Deputada NEYDE APARECIDA

Presidente



Expediente

Presidente da República

Luis Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Secretário Executivo

João Luiz Silva Ferreira

Secretário de Articulação Institucional

Márcio Augusto Freitas de Meira

Secretário de Políticas Culturais

Alfredo Manevy

Secretário de Identidade e da Diversidade Cultural

Sérgio Duarte Mamberti

Secretário de Programas e Projetos Culturais

Célio Turino

Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura

Marco Acco

Secretário do Audiovisual

Orlando de Salles Senna

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Luiz Fernando de Almeida

Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais

José do Nascimento Júnior

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Dalmo Vieira Filho

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial

Márcia Genesio de Sant'Anna

Diretora do Departamento de Planejamento e Administração

Maria Emília Nascimento Santos

Coordenadora Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

João Tadeu Gonçalves

Coordenadora Geral de Pesquisa, Documentação e Referência

Lia Motta

Procuradora Chefe

Tereza Beatriz da Rosa Miguel

Diretores dos Museus do IPHAN/Ministério da Cultura

Museu Lasar Segall

Denise Grinspum

Museu de Biologia Professor Mello Leitão

Hélio de Queiroz Boudet Fernandes

Museu Imperial

Maria de Lourdes P.Horta

Museu Nacional de Belas Artes

Mônica Figueiredo Braunschwiger Xexéo

Museu da República

Ricardo Vieiralves de Castro

Museu da Inconfidência

Rui Mourão

Museu Villa-Lobos

Turbio Soares Santos

Museu Histórico Nacional

Vera Lúcia Bottrel Tostes

Museus Raymundo Ottoni de Castro Maya

Vera Maria Abreu de Alencar

Museu de Arte Sacra da Boa Morte/14ª SR

Antolinda Baia Borges

Museu Casa Coronel Joaquim Lacerda/10ª SR

Daisy Lucid Bortoleto Galdino

Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio/6ª SR

Dolores Brandão Tavares

Museu da Abolição/5ª SR

Evelina Grünberg

Museu Regional Casa dos Ottoni/13ª SR

Fábio Cordeiro de Melo Franco

Museu Casa de Benjamin Constant/6ª SR

Fátima Bevilacqua

Museu Casa da Hera/6ª SR

Isabel Cristina Rocha Ferreira

Museu de Arte Sacra de Paraty/6ª SR

Júlio Cezar Neto Dantas

Museu de Arqueologia de Itaipu/6ª SR

Laudessi Torquato Soares

Museu das Missões/12ª SR

Letícia Brandt Bauer

Museu do Diamante/13ª SR

Lilian Aparecida Oliveira

Museu Victor Meirelles/11ª SR

Lourdes Rosseto

Museu Regional de São João Del Rey/13ª SR

Maria de Fátima Vasconcelos

Museu das Bandeiras/14ª SR

Noemia Maria da Fonseca

Museu Regional de Caeté/13ª SR

Teresa Cristina Novais Ferreira

Museu do Ouro/13ª SR

Alexandre Sales Pimenta

Museu Forte Defensor Perpétuo de Paraty/6ª SR

Júlio Cesar Neto Dantas

Museu Casa dos Presidentes – Palácio Rio Negro

Edna June Morley

Museu Solar Monjardim/ 21ª SR

Tereza Carolina Frota de Abreu

Museu Histórico de Alcântara/3ª SR

Kátia Santos Bogéa

Casa das Princesas/14ª SR

Salma Saddi Wares de Paiva

Equipe do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN

Adriana Bandeira

Alejandra Saladino

Ana Paula de Lima Freire

Andressa de Lima Faislon

Átila Bezerra Tolentino

Bárbara Froener

Carolina Duarte de Oliveira

Cícero Antônio Fonseca de Almeida

Cecília Tavares Neves

Claudia Maria Pinheiro Storino

Clarissa Leite Ferreira

Eneida Braga Rocha de Lemos

Fernanda Magalhães Pinto

Flávia Mello de Castro

Gustavo Góes

Humberto Nóbrega

Jéssica da Silva Santana

Joana Regattiere

Letícia Oliveira

Lidiane Rodrigues Araújo

Monique Batista Magaldi

Marcelo Helder Maciel Ferreira

Marcio Ferreira Rangel

Marilene Gonçalves Guimarães

Marina Byrro Ribeiro

Mario de Souza Chagas

Newton Fabiano Soares

Osmar dos Santos Oliveira

Paula Regina Almeida de Oliveira

Paulo José Nascimento Lima

Rafael Farias da Silva

Rita Gama Silva

Rose Moreira de Miranda

Rosilene do Espírito Santo

Sara Schuabb Couto

Stefany Lima

Tatiana Kraichete Martins

Vinícius Barcelos

Equipe de produção

Edição e revisão de textos

Jefferson Lessa

Projeto gráfico e diagramação

Marcia Mattos

Colaboradores

Luciana Sepúlveda

CW&A Comunicação

Claudia Noronha e Walter Clemente

Iconografia

Foto da capa e colofão

Foto de Isabella Blanco (jornalista da Revista Retrô)

Sumário – Museu da Inconfidência: acervo – Ouro Preto/MG – 2006

Foto de Walter Clemente

Página 10 – Museu Victor Meireles: fachada – Florianópolis/SC – 2006

Arquivo do museu

Páginas 13 e 14 – Museu da Inconfidência: acervo – Ouro Preto/MG – 2006

Foto de Walter Clemente

Página 20 – Museu da Maré: sala de exposição – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Página 22 – Museu Histórico Nacional: vista do Museu – Rio de Janeiro/RJ – 2005

Foto de Eugênio Luiz Kodama

Página 25 – Conferência Nacional de Cultura: encerramento – Brasília/DF – 2005

Foto de Viviane Vilela

Página 29 – Museu da Maré: fachada – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo DEMU

Página 30 – Museu de Arte Contemporânea de Niterói – Niterói/RJ – 2006

Foto de Paulinho Muniz

Página 36 – Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Foto de Felipe Varanda

Página 38 – Museu de Caratinga: 4ª Semana de Museus – Caratinga/MG – 2006

Arquivo do museu

Página 40 – Museu Integrado de Roraima: 3ª Semana de Museus – Boa Vista/RR – 2005

Foto de Jorge Macedo

Página 41 – Museu Casa do Pontal – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Foto de Felipe Varanda

Página 42 – Museu de Artes e Ofícios: 4ª Semana de Museus – Belo Horizonte/MG – 2006

Arquivo do museu

Página 44 – Museu Casa do Pontal: 4ª Semana de Museus – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 44 – Museu da Terra e da Vida:

4ª Semana de Museus – Mafra/SC – 2006

Arquivo do museu

Página 45 – Museu Municipal de Uberlândia: 4ª Semana de Museus – Uberlândia/MG

Arquivo do museu

Página 46 – 1º Fórum Nacional de Museus – Salvador/BA – 2004

Arquivo do DEMU

Página 47 – 2º Fórum Nacional de Museus – Ouro Preto/MG – 2006

Arquivo do DEMU

Página 48 – 2º Fórum Nacional de Museus – Ouro Preto/MG – 2006

Arquivo do DEMU

Página 49 – 2º Fórum de Museus – Ouro Preto/MG – 2006

Arquivo do DEMU

Página 50 – Ilha Grande de Santa Isabel: confecção de trançados – Parnaíba/PI

Foto de Francisco da Costa

Página 76 – Fundação Museu do Homem Americano: Pintura rupestre – Parque Nacional da Serra da Capivara/PI – 2001

Foto de César Barreto

Página 81 – Conferência Nacional de Cultura – Brasília/DF – 2005

Arquivo do DEMU

Página 82 – Curso: Documentação e informatização de acervos – Belém/PA – 2005

Arquivo do DEMU

Página 85 – Museu Integrado de Roraima: 3ª Semana de Museus – Boa Vista/RR – 2004

Foto de Jorge Macedo

Páginas 87, 88 e 89 – “Fragmentos de desenhos de alunos da 5ª série do Colégio Imaculada Conceição, Rio de Janeiro, sobre sua imagem do Museu. Pesquisa Imagens do Museu, DEMU – PEP/IPHAN/ UNESCO, 2006.”

1. “Mona Lisa – Estudante: João Lucas da Silva Teixeira, da 7ª série da EM. Minas Gerais.

2. “Desenho do Bau” – Estudante: Mariana Brasil de Mattos, 5ª série do Colégio da Imaculada Conceição.

“O Museu para mim é outro mundo” – Frase extraída do desenho do estudante Renan Di Stasi Aragão do Santos, 5ª série do Colégio da Imaculada Conceição.

3. “Depende do Museu: eu vejo de vários modos” – Estudante: Cíntia Neves – 8ª série da EM. Fernando de Azevedo.

Página 90 até 95 – capas das publicações do DEMU

Página 99 – Museu de Arqueologia de Itaipu – Niterói/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 105 – Museu Chácara do Céu: Maquete do anexo de apoio técnico e novo acesso – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 109 – Museu Histórico Nacional: Hall de entrada do circuito de exposições – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 112 – Museu da Inconfidência: detalhe de peça do acervo – Ouro Preto/MG – 2006

Foto de Walter Clemente

Página 114 – Museu das Missões – Sala de exposição de longa duração – São Miguel das Missões/RS – 2006

Arquivo do museu

Página 115 – Museu Nacional de Belas Artes – Restauração no Painelel Bernudez – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 116 – Museu Nacional de Belas Artes – Restauração dos trainéis da reserva técnica – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 120 – Museu Victor Meireles: laboratório de conservação de acervo – Florianópolis/SC – 2006

Arquivo do museu

Página 121 – Museu Villa Lobos: Pórtico – Rio de Janeiro/RJ – 1996

Foto de Nara Tauille

Página 122 – Memorial dos Autonomistas – Rio Branco/AC – 2006

Foto de Cícero Antônio Fonseca de Almeida

Página 123 – Museu Victor Meireles: montagem de exposição – Florianópolis/SC – 2006

Arquivo do museu

Página 126 – Museu Nacional de Belas Artes – detalhe da seteira – Rio de Janeiro/RJ – 2006

Arquivo do museu

Página 128 – Detalhe dos azulejos do Palácio Gustavo Capanema

Arquivo do DEMU

Página 129 – Museu Nacional de Belas Artes –
restauração da fachada – Rio de Janeiro/RJ – 2006
Arquivo do museu

Página 134 – Museu Victor Meireles: laboratório de
conservação de acervo – Florianópolis/SC – 2006
Arquivo do museu

Página 139 – Memorial Coluna Prestes –
Palmas/TO – 2005
Arquivo do DEMU

Páginas 142/143 – Fotografia do iate Seival –
MHN, Rio de Janeiro: Banco Safra, 1989, p.352
Foto de Rômulo Fialdini



Este relatório foi impresso em Brasília, em dezembro de 2006, no Ano Nacional dos Museus, três anos após o lançamento da Política Nacional de Museus.

Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

SBN, Quadra 2, Edifício Central Brasília

Brasília/DF

CEP: 70040-904

Telefone: 55 (61) 3414-6167

demu@iphan.gov.br

Coordenação Técnica

Palácio Gustavo Capanema

Rua da Imprensa, 16, sala 701

CEP: 20030-120 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

Telefone: 55 (21) 2220-8485

ct.demu@iphan.gov.br



Ministério
da Cultura

